



Estudos acerca da formação histórica sul-rio-grandense

ANSELMO ALVES NEETZOW
FRANCISCO DAS NEVES ALVES (ORG.)
JUSSEMAR WEISS GONÇALVES
LUIZ HENRIQUE TORRES
MARIA EDUARDA MENDES OTANA
MARLON BORGES PESTANA



147



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



Estudos acerca da formação histórica sul- rio-grandense



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Anselmo Alves Neetzow
Francisco das Neves Alves (org.)
Jussemar Weiss Gonçalves
Luiz Henrique Torres
Maria Eduarda Mendes Otana
Marlon Borges Pestana

Estudos acerca da formação histórica sul-rio- grandense



CIPSH
INTERNATIONAL COUNCIL OF PHILOSOPHY AND SOCIAL SCIENCES
CONSEIL INTERNATIONAL DE PHILOSOPHIE ET DES SCIENCES HUMAINES

UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt



**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2026

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1ª Secretária: Luciana Coutinho Gepiak
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco
2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Estudos acerca da formação histórica sul-rio-grandense
- Organizador: Francisco das Neves Alves
- Autores dos capítulos: Anselmo Alves Neetzow, Francisco das Neves Alves, Jussemair Weiss Gonçalves, Luiz Henrique Torres, Maria Eduarda Mendes Otana e Marlon Borges Pestana
- Coleção Rio-Grandense, 147
- Composição & Paginação: do organizador
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, 2026

ISBN – 978-65-5306-130-9

CAPA: Carreta de bois, o Rio Grande do Sul em 1852, aquarela de Herrmann Rudolf Wendroth

SUMÁRIO

O Translado da Cosmovisão de África para Rio Grande: Contato, Adaptação e Transmissão / 11

Anselmo Alves Neetzow

Maria Eduarda Mendes Otana

Trabalhador e pesquisador: José Arthur Montenegro e o fazer histórico no Rio Grande do Sul da virada do século XIX ao XX / 35

Francisco das Neves Alves

Mudanças nas estruturas da produção pecuária no Rio Grande do Sul e no Pampa argentino: as “Instruções” de Vieira Braga, Rosas e Hernández / 57

Jussemar Weiss Gonçalves

O nascimento da historiografia rio-grandense e a ênfase nos acontecimentos políticos / 73

Luiz Henrique Torres

Arqueologia Comunitária: Ensino de História e a realidade da Educação do Campo no Brasil/ 91

Marlon Borges Pestana

O Translado da Cosmovisão de África para Rio Grande: Contato, Adaptação e Transmissão

Anselmo Alves Neetzow*

Maria Eduarda Mendes Otana**

1. Introdução

Ao darmos-nos de encontro com o presente estudo observamos que há uma pluralidade de conceitual que o envolve. São eles: traslado, cosmovisão, adaptação e transmissão. Entretanto, em uma primeira vista, parece algo que requer muita atenção e de fato isso é verdadeiro, contudo, chegará um momento em que um conceito fará uma ponte de explicações que levará a outro, já que estão intimamente interligados. Esta pluralidade conceitual busca a compreensão daquilo que, historicamente, parece muito conhecido, mas ao mesmo tempo muito ignorado. Conhecido, pois é comumente sabido que a cidade de Rio Grande teve um

* Doutor em História pela Universidade de Coimbra – Professor dos Cursos de História Licenciatura e Bacharelado da Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

** Acadêmica do Curso de História Bacharelado da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

processo significativo de transladados africanos, na condição de escravizados. O ignorado é que estas pessoas, antes de mais nada, eram seres humanos, ou seja, possuíam seus costumes, seus conhecimentos de trabalho cotidiano, seus idiomas, suas religiosidades e principalmente suas identidades.

O presente estudo busca desvendar um pouco o supracitado enquanto ignorado trazendo uma explicação conceitual. O grande pano de fundo é a cidade do Rio Grande, tendo como primordiais artistas a presença africana e o seu legado. Deste modo, como diz Braudel, a tentativa da explicação multifacetada do passado auxilia na compreensão da sociedade atual, uma vez que, conhecimento derruba preconceitos.

2. Cosmovisão e Identidade

O conceito de cosmovisão tem adquirido crescente relevância por representar a forma como indivíduos e comunidades interpretam a realidade, atribuem significado à existência e orientam suas ações. Toda sociedade desenvolve uma compreensão sobre a origem do universo, o propósito da vida, os valores morais e as relações humanas. Essa compreensão influencia diretamente a formação da identidade individual e coletiva.

A identidade, por sua vez, não constitui um elemento estático ou exclusivamente biológico. Ela é construída ao longo da vida por meio das experiências sociais, culturais, religiosas e históricas. Deste modo, a cosmovisão e a identidade estabelecem uma relação

dinâmica, na qual as crenças e os valores de uma comunidade moldam a percepção que o indivíduo possui de si mesmo e do mundo ao seu redor.

O termo cosmovisão deriva do alemão *Weltanschauung*, utilizado inicialmente por Immanuel Kant e posteriormente desenvolvido por diversos filósofos para designar a maneira como o ser humano interpreta a realidade. Segundo Naugle (2002), uma cosmovisão pode ser compreendida como um conjunto de pressupostos fundamentais que orientam a forma de pensar, sentir e agir das pessoas. Entretanto, James W. Sire (2020) define cosmovisão como um compromisso fundamental do coração, expresso por meio de uma história ou conjunto de pressupostos que podem ser verdadeiros, parcialmente verdadeiros ou falsos, mas que influenciam profundamente a interpretação da realidade. Nessa perspectiva, toda pessoa possui uma cosmovisão, ainda que não esteja plenamente consciente dela, ou seja, o agir, o pensar e o criar está inserido num formato cosmológico estabelecido e o indivíduo faz tudo isso ignorando o universo (cosmológico) que o cerca.

A cosmovisão manifesta-se em diferentes dimensões da vida humana, incluindo a religião, a política, a economia, a ciência, a educação e a ética. Ela busca responder às grandes questões existenciais, por exemplo, quem somos? De onde viemos? Qual é o sentido da vida? O que é certo e errado? Existe um propósito para a existência humana? Clifford Geertz (1989) destaca que os sistemas culturais fornecem modelos de interpretação da realidade que organizam a experiência humana e conferem significado às ações sociais. Assim, a cosmovisão não é apenas uma

construção intelectual, mas também um sistema simbólico compartilhado socialmente.

2.1. A Construção da Identidade

A identidade constitui um processo contínuo de formação social e cultural. Stuart Hall (2006) afirma que as identidades não são fixas, mas permanentemente construídas e reconstruídas ao longo da história, mediante as relações estabelecidas com outros indivíduos e grupos sociais. Ainda Hall, a globalização intensificou esse processo ao ampliar o contato entre diferentes culturas, favorecendo transformações constantes na maneira como os indivíduos compreendem a si mesmos. Assim, a identidade contemporânea caracteriza-se por sua multiplicidade e flexibilidade. Para Berger e Luckmann (2014), a identidade é resultado da construção social da realidade. Os indivíduos internalizam normas, valores e significados transmitidos pelas instituições sociais, especialmente a família, a escola, a religião e a comunidade. Nesse contexto, a identidade emerge da interação entre o sujeito e o ambiente social.

Por fim, Anthony Giddens (2002) acrescenta que, na modernidade, o indivíduo passa a exercer papel ativo na construção de sua identidade, realizando escolhas constantes diante das diversas possibilidades culturais disponíveis. Ainda assim, essas escolhas permanecem condicionadas pelas tradições, valores e estruturas sociais existentes, contribuindo, desta forma, para a construção de uma memória em comum que é fator primordial para a criação de identidade.

2.2. A Relação entre Cosmovisão e Identidade

A cosmovisão exerce profunda influência sobre a identidade porque oferece os referenciais que orientam a compreensão da realidade e a formação dos valores pessoais. Desde a infância, os indivíduos aprendem formas específicas de interpretar o mundo por meio da educação familiar, das práticas religiosas, da convivência comunitária e das instituições sociais. A identidade religiosa, por exemplo, evidencia essa relação. Em diferentes tradições religiosas, a compreensão sobre Deus, a criação, o ser humano e o destino final influencia diretamente o comportamento, a ética e o sentido de pertencimento dos indivíduos.

No contexto cristão, por exemplo, a cosmovisão fundamenta-se na crença de que o ser humano foi criado à imagem de Deus (Gn 1:26-27), sendo chamado a viver em relacionamento com o Criador, com o próximo e com a criação. Essa compreensão influencia a identidade pessoal ao atribuir dignidade, propósito e responsabilidade moral ao indivíduo. No Brasil isso é tão evidente que, por exemplo, a expressão: “Oh! Minha Nossa!”, que faz referência a Nossa Senhora, é popularmente repetida que muitos esquecem que está-se fazendo uma exclamação evocando a Santa Maria.

Além da religião, aspectos culturais como língua, costumes, memória histórica e tradições também participam da construção identitária. Conforme Geertz (1989), a cultura constitui uma teia de significados na qual o ser humano está inserido e por meio da qual interpreta sua própria existência. Entretanto, a crescente

diversidade cultural e os processos de globalização têm produzido encontros entre diferentes cosmovisões, favorecendo tanto o diálogo quanto os conflitos culturais. Hall (2006) observa que as identidades tornam-se híbridas, resultado da interação entre diferentes referências culturais.

Assim sendo, a análise da relação entre cosmovisão e identidade demonstra que ambas estão profundamente interligadas. A cosmovisão fornece os pressupostos fundamentais pelos quais os indivíduos interpretam a realidade, enquanto a identidade representa a maneira como essas interpretações são incorporadas na vida pessoal e coletiva. A construção da identidade ocorre por meio das experiências culturais, sociais, históricas e religiosas vividas ao longo da existência. Nesse processo, a família, a educação, a religião e a cultura desempenham papel decisivo na formação dos valores e das crenças individuais.

Em uma sociedade marcada pelo pluralismo cultural, como é o caso do Brasil, compreender as diferentes cosmovisões torna-se essencial para o fortalecimento do diálogo, do respeito às diferenças e da convivência social. Ao mesmo tempo, conhecer a própria cosmovisão contribui para uma identidade mais consciente, coerente e capaz de enfrentar os desafios contemporâneos.

3. A Chegada dos Africanos à Cidade de Rio Grande

A cidade de Rio Grande, fundada oficialmente em 1737, com a instalação do Presídio¹ Jesus-Maria-José, tornou-se importante porto marítimo e centro comercial, favorecendo a circulação de pessoas, mercadorias pois, segundo Torres (2008) junto com Silva Paes já estavam presentes os africanos escravizados. Embora o Rio Grande do Sul seja frequentemente associado à pecuária e ao trabalho livre dos imigrantes europeus, a escravidão africana constituiu um dos pilares da formação econômica e social da província, especialmente em centros urbanos como Rio Grande.

A introdução de africanos escravizados na cidade esteve diretamente relacionada às necessidades econômicas da Coroa portuguesa e, posteriormente, do Império brasileiro. O porto de Rio Grande funcionou como importante ponto de entrada e redistribuição de mão de obra escravizada destinada às atividades urbanas, às charqueadas, às propriedades rurais e aos serviços domésticos. Dessa forma, compreender a presença africana em Rio Grande significa reconhecer sua contribuição decisiva para a formação histórica, econômica e cultural do município, bem como, uma introdução cosmológica construída do era conhecido em África.

A partir da segunda metade do século XVIII, a expansão da pecuária e, principalmente, da indústria do

¹ Cabe salientar que a palavra presídio, no português falado no século XVIII, refere-se ao quartel militar.

charque impulsionou a demanda por trabalhadores escravizados. Embora as maiores charqueadas estivessem concentradas em Pelotas, Rio Grande destacou-se como porto de escoamento da produção e centro de comércio, tornando-se um importante mercado de compra e venda de pessoas escravizadas. Conforme destaca Pesavento (1985) muitos africanos desembarcavam no porto rio-grandino antes de serem comercializados para outras localidades da província ou empregados nas atividades econômicas da própria cidade.

Além das atividades portuárias, os escravizados atuavam na construção civil, no transporte de mercadorias, nos serviços domésticos, na pesca, na estiva, nas pequenas manufaturas e em diversos ofícios urbanos. Essa diversidade de ocupações demonstra que a economia local dependia significativamente do trabalho escravo, contrariando interpretações que restringem a escravidão gaúcha às grandes propriedades rurais. Segundo Maestri (2004), a escravidão no Rio Grande do Sul apresentou características particulares quando comparada a outras regiões brasileiras, pois coexistia com a criação extensiva de gado e com atividades urbanas e comerciais. Ainda assim, os africanos escravizados foram fundamentais para o crescimento econômico da província e para a consolidação das elites locais.

Os registros históricos indicam que africanos de diferentes regiões do continente, especialmente da África Centro-Ocidental, como Angola e Congo, chegaram ao sul do Brasil por meio do tráfico atlântico. Muitos foram transportados inicialmente para portos como Rio de Janeiro, Salvador e Recife, sendo posteriormente

redistribuídos para Rio Grande e outras cidades da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Entretanto, como muito bem salienta Florentino (1997) mesmo após a Lei Eusébio de Queirós (1850), que proibiu o tráfico transatlântico, o comércio interno de pessoas escravizadas continuou abastecendo a economia sul-rio-grandense.

Como não poderia deixar de ser diferente a presença africana também deixou marcas profundas na cultura local. As manifestações religiosas, musicais, culinárias e linguísticas contribuíram para a formação da identidade cultural rio-grandina. Irmandades religiosas, como as dedicadas à Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, constituíram importantes espaços de sociabilidade, solidariedade e preservação das tradições afro-brasileiras, além de favorecerem estratégias de resistência diante da condição escravista.

A resistência dos escravizados manifestou-se de diversas formas. Além das fugas individuais e coletivas, registraram-se ações de negociação, preservação de práticas culturais africanas, formação de redes de apoio e participação em irmandades religiosas. Diferentes estudos evidenciam a existência de comunidades negras organizadas e formas cotidianas de resistência ao regime escravista no Rio Grande do Sul e, evidentemente, na cidade de Rio Grande como explica Reis e Gomes (1996).

Com a abolição da escravidão em 1888, a população negra permaneceu enfrentando profundas desigualdades sociais e econômicas. Muitos libertos continuaram exercendo atividades de baixa remuneração e encontraram dificuldades para acessar terra, educação e direitos civis. Apesar disso, mantiveram importante participação na construção da

identidade histórica e cultural da cidade de Rio Grande, cuja herança africana permanece presente nas manifestações culturais, religiosas e nas organizações do movimento negro contemporâneo.

Assim, a análise da introdução de africanos escravizados em Rio Grande evidencia que a história do município está profundamente vinculada ao sistema escravista brasileiro. Reconhecer essa realidade contribui para uma compreensão mais ampla da formação social do Rio Grande do Sul e para a valorização da contribuição da população negra na construção econômica, cultural e histórica da região, bem como, o traslado cosmológico que cria raízes no espaço rio-grandino.

4. O Surgimento do Batuque e sua Vivência

Para entendermos o surgimento do Batuque e de qualquer religião de matriz africana, devemos entender o processo que trouxe essas comunidades para o Brasil. O tráfico escravista teve início com a chegada dos portugueses no continente africano em meados do século XV. Para Leite, ao chegarem na África os portugueses começaram uma prática de escambo com os nativos, oferecendo tecidos, bebidas entre outros materiais em troca de pessoas (homens, mulheres e crianças), e acabavam por realizar uma exploração dupla com a “mercadorização, através tráfico para a América e a expropriação de sua força de trabalho”(LEITE,2017 p.66). Assim a expansão econômica de Portugal se dá através da mão de obra escravizada e perdura até a abolição e nos primeiros anos subsequentes a ela.

Segundo Correa estima-se que tenham sido trazidos ao Brasil cerca de 4 a 5 milhões de africanos, tornando assim inegável a relação da história africana, e das suas populações escravizadas, com a história brasileira. Desta forma, chegaram no Brasil escravizados principalmente das regiões de Angola, Benim (antigo Reino de Daomé), Congo, Moçambique e Nigéria, muitos de origem Banto e Nagô, com a comercialização dessas pessoas Portugal tentava as ‘misturar’ a fim de evitar que de alguma forma os escravizados se rebelassem. Ocorre que mesmo com essa tentativa muitos grupos étnicos conseguiram manter suas ligações e manter algumas de suas heranças étnicas vivas. Segundo Leite (2017, p.67) “as formas de organização, as expressões culturais, a religiosidade e o modo de vida africanos, que sobreviviam apesar da escravidão, expressavam-se, também como formas de resistência ao processo de coisificação ao qual estavam submetidos.” Com a chegada de cada vez mais escravizados vindos de África o contato com seu continente de origem se manteve vivo, e através desse laço as tradições africanas começaram a influenciar a criação de religiões afro-brasileiras.

Os primeiros escravizados chegaram ao Rio Grande do Sul no início do século XVIII, e sua presença se consolida com a elaboração das charqueadas, na região de Pelotas, e a fundação do porto de Rio Grande. Havia uma maior presença de nagôs e jejes, na região sendo eles os influenciadores em vários aspectos do Batuque Gaúcho. As religiões afro-brasileiras constituem ainda um fenômeno relativamente recente no nosso período histórico, pois assim que chegavam no Brasil, ainda colônia nesse período, eram forçados a se converterem ao catolicismo e proibidos de praticar as

suas crenças nativas. Com a entrada de escravizados nas regiões mais urbanas da sociedade, estes que gozavam de uma certa liberdade, quase como simultaneamente começam a surgir templos jêje-nagô, em cidades mais centrais na virada do século XIX. No censo mais atual do IBGE de 2022 consta que a região com mais adeptos a religiões como de “umbanda e candomblé” do Brasil seria o Rio Grande do Sul, constando que cerca de 3,2% da população gaúcha pratica religiões de matriz africana. Nesse último censo observamos que os adeptos dobraram em vista do último que constatou que cerca de 1,62% dos gaúchos eram adeptos de religiões de matriz africana. A três religiões de cunho africano presentes de forma sistemática no Rio Grande do Sul, são o Batuque considerada a matriz africana delas que cultua os Orixás. Em seguida, temos a Umbanda que, como diz Oro, representa o lado mais brasileiro, uma vez que, é considerado o de um sincretismo das religiões católica, kardecista, indígena e africana, já que veneram os Pretos-Velhos, Caboclos e Bejis, por fim temos a Linha Cruzada que cultua ambos os universos das duas religiões supracitadas e acrescenta a Quimbanda que são os Exus e Pombagiras. Os primeiros terreiros de Batuque estimam-se que surgiram ainda no início do século XIX na cidade de Rio Grande. Entretanto, batuque é um termo aplicado aos ritmos produzidos à base da percussão e muitas vezes dito de forma pejorativa por pessoas alheias aos rituais de matriz africana.

O surgimento do Batuque possui duas versões, a primeira sendo que uma escravizada vinda de Pernambuco, pois há várias semelhanças entre o Batuque gaúcho com o Xangô Pernambucano. A outra variante é de que o Batuque não está associado a uma

única figura, mas às etnias africanas que o estruturam como um espaço de resistência. Desta forma sendo composto por diversas etnias, surgem assim as nações do Batuque, começando pela mais antiga a nação OYÓ hoje quase em extinção, tem como especificidades a ordem das rezas, chamando primeiro os Orixás masculinos, femininos e por fim Yansã (Oiá), Xangô e finalizando com Oxalá. Era costume desta nação que os próprios Orixás conduzissem em suas bocas após o término das obrigações as cabeças dos animais oferecidos em sacrifício. Outra nação que encontra-se praticamente extinta é a nação NAGÔ é uma das nações que originaram o Batuque, tinham como diferencial a chegada dos Orixás também, esta que era semelhante à do Candomblé, chamando e despachando os Orixás, linha por linha, a sacralização também era realizada com o animal no chão. Nesta nação é considerado o culto mais próximo do praticado em África. Uma das nações predominantes na atualidade, segundo Oro, é a nação JEXÁ, nela os Orixás são invocados na língua iorubá, e são chamados do Bará ao Oxalá, a rainha do ijexá é Oxum. Junto a esta nação outra que tem grande popularidade é a nação JEJE invocaram os Orixás Nagô, segundo Oro, Joãozinho do Bará Agelú foi um dos mais importantes Babalorixás que levou o Batuque aos países do Prata. Muitas casas acabam por mesclar as nações Jêje-Ijexá. Por fim, temos a nação CABINDA que tem origem Banto, originalmente falavam kimbundo, seu lugar de trabalho é os cemitérios, tendo um culto aos Eguns muito forte, em casas cabinda é comum encontrarmos um assentamento de balé, o balé, segundo Correa, é uma pequena casa de madeira com porta, e mantida vazia normalmente, em casos que o sacerdote

prática mais assiduamente a feitiçaria o balé de ser “sentado”, devendo assim ser construído uma casa um pouco maior de alvenaria contendo um túmulo em seu interior, onde serão colocados ossadas obtidas em cemitérios, essa ação acaba por “escravizar” o Egum que ficará assim disponível para atacar desafetos tanto do sacerdote como de seus frequentadores. Além dos Eguns que podem fazer trabalhos, a os Orixás que são Deuses, seres mais evoluídos espiritualmente que incorporam em alguns membros da casa, esses veem para nos auxiliar e aconselhar, além de poderem dançar atividade esta que é uma das suas preferidas. Os Orixás são divididos em uma linha hierárquica contendo os Jovens (Bará, Ogum, Yansã ou Oiá, Xangô, Odé, Otim, Ossanha, Obá e Xapanã) e os velhos (Oxum, Iemanjá e Oxalá), cada um deles representa alguns locais ou atividades humanas.

Os Orixás do Batuque do Rio Grande do Sul

Orixá	Atribuição	Símbolos	Animais Sacralizados	Correspondent e no Catolicismo
Bará	Dono das encruzilhadas; abridor dos caminhos; representa a força vital que movimenta o universo. Mensageiro dos orixás; orixá da sensualidade.	Chave, foice, moedas, corrente e tridente.	Bode e galo vermelho.	S. Antônio, S. Pedro e S. Benedito.

ESTUDOS ACERCA DA FORMAÇÃO HISTÓRICA SUL-RIO-GRANDENSE

Ogum	Dono do trabalho em metal e da agricultura, guerreiro (demanda).	Ferramentas em geral, espada, faca, bigorna, martelo, malho, lança e lima.	Bode escuro e galo vermelho.	S. Jorge no Sul e S. Antônio na Bahia
Yansã/Oyá	Dona dos raios, ventos, tempestade e das águas.	Espada, taça, pulseira e alianças.	Cabra cor de laranja e galinha vermelha.	S. Barbara
Xangô	Orixá do trovão, da justiça e do fogo.	Balança, machado duplo e livros.	Carneiro, galo e pombos brancos.	Jovem S. Miguel e velho S. Jerônimo
Obá	Sangue, ouvido e dona do lar.	Navalha, roda de madeira, timão e orelha.	Galinha cinza e cabra marrom.	S. Catarina
Odé/Otim	Orixás da caça, fala e sono.	Arco e flecha, cântaro e bodoque	Porco e galo carijó.	Odé é S. Sebastião, Otim é S. Efigênia.
Ossanha	Dono das folhas, protetor contra as doenças internas, pernas e ossos.	Muleta, tesoura, agulha e linha e coser.	Bode e galo arrepiado.	S. José e S. Onofre.
Xapanã	Protetor contra doenças epidêmicas (varíola, lepra, cólera).	Vassoura e corrente de aço.	Bode de qualquer cor exceto preto e galo prateado.	Jovem S. Lazáro e velho Cristo das Chagas
Oxum	Dona da água doce, ouro, riqueza, amor e vida.	Leque, espelho, dinheiro, corrente dourada e pente.	Cabra e galinha amarela.	N.S. da Conceição e N. S. Aparecida
Iemanjá	Dona dos mares, maternidade e fertilidade.	Âncora, barco, remo, anel, brincos e perfumes.	Ovelha, cabra e galinha branca.	N.S. dos Navegantes.

Oxalá	Pai de todos os orixás, vida, paz e visão.	Bastão, poemba e olho de vidro	Cabra e galinha branca.	Cristo, Espírito Santo
-------	--	--------------------------------	-------------------------	------------------------

Fonte: Correa 2006; Oro 2008.

Observamos através da tabela qual a especificidades de cada orixá assim como qual animais e símbolos devem ser utilizados em cada um de seus rituais esses que são chamados de “festas”. As festas são divididas em três momentos ou etapas, a sacralização ou serão, a festa e a levantação.

A primeira etapa é o Serão, ocorre normalmente nas sextas-feiras, é o momento em que os animais são sacralizados nas ocutás (pedras) e colocados em vasilhas no quarto-de-santo ou peji, onde ficam guardados os materiais dos rituais, o sangue do animal deve ser vertido na cabeça do afiliado a fim de alimentar seu Orixá lá permanece por três dias. Segundo Correa não são raros os momentos que durante a sacralização o afilhado sofra a possessão de seu Orixá este que pode pegar o sacrifício em mãos e beber diretamente de seu pescoço, ato visto como uma prova de “verdadeira possessão”.

No dia seguinte ao serão (sábado) ocorre a Festa. Estas que se iniciam com a colocação de uma grande toalha no salão onde serão colocadas as comidas sagradas em ordem hierárquica dos orixás, o sacerdote líder da casa se sentam na ponta de costas para os tamboreiros e seus iniciados sentam ao seu lado, após a mesa é iniciado uma roda que gira em sentido anti-horário ao incorporarem seus orixás começam a dançar. Isso acaba por assumir um caráter didático por

transmitirem aos mais novos a visualização das representações dos Orixás.

Os toques do tambor são imprescindíveis para os cânticos africanos, pois através deles é possível acontecer os fenômenos de possessão, Correa nos explica que “o tamboreiro tira, na ordem, três cânticos, em geral, para cada orixá” esta que deve seguir a ordem hierárquica, a quebra desta ordem pode implicar no chamado “virar o tambor” chamando assim os Eguns (espíritos dos mortos). A festa que se iniciou no início da noite costuma ir até o amanhecer para assim ter chamado todos os Orixás.

No final da cerimônia após a chegada de todos os Orixás esses devem ser despachados, após o orixá ir embora em seu lugar fica o Axerê ou Axêro que representa a mesma divindade, mas de uma forma mais infantil sendo crianças, acaba por estabelecer um contraste do início da cerimônia onde eles são os seres mais evoluídos e detentores do saber, que auxiliam e protegem seus filhos, para agora serem crianças indefesas.

Por fim o terceiro momento o de levantação corresponde a limpeza da casa, colocando as ocutás em seus lugares e limpeza do sangue. Na semana seguinte ocorre a finalização da festa que se assemelha à primeira, mas com sacrifícios de peixes e a liberação dos iniciados. Essas festas são os momentos de, mais importância no Batuque pois é a ocasião onde os Orixás se fazem presentes, além de ser um processo em que os frequentadores da casa vão trabalhando durante o seu cotidiano.

4.1. A Criação do Ser Humano na Tradição do Transladada de África

Conforme mencionado anteriormente, a cosmovisão Cristã presente na sociedade brasileira demonstra a criação da humanidade e que é bem conhecida. Da mesma forma, foi referido anteriormente que os africanos que chegaram ao Brasil e a cidade de Rio Grande, também trouxeram consigo tal explicação e a guardaram como forma de resistência e de pertença. Deste modo, no interior das casas de religião (Ilê) é transmitida a explicação da criação humana da seguinte forma: Em primeiro lugar é preciso conhecer o panteão da mitologia de origem africana referentes ao que está sendo dito, são eles:

A Trindade Suprema

- **Olodumare:** O Deus Supremo, a causa primeira de todas as coisas, a energia pura e incriada.
- **Olorum:** O "Dono do Céu", a manifestação do Criador que governa o *Òrun* (o mundo espiritual).
- **Olofi:** O aspecto do Criador que supervisiona a criação e se comunica mais diretamente com a Terra

Os Irumole – Primordiais

- **Nanã Buruquê:** Considerada a Orixá mais antiga de todas. Ela rege a lama primitiva, a fusão da água com a terra de onde a vida foi moldada.

- **Oxalá (Obatalá):** O primeiro Orixá criado por Olorum, encarregado de modelar o corpo dos seres humanos com a matéria gerada por Nanã.
- **Odudua (Odùduwà):** A contraparte ou terra primordial, responsável por criar o mundo físico e a fundação do povo iorubá.
- **Exu:** O primeiro a receber o movimento e o *Axé*, atuando como o elemento dinâmico indispensável para que a criação saísse da inércia.
- **Orunmilá (Ifá):** A testemunha da criação, detentor do conhecimento e da sabedoria universal que guiou os outros Orixás na organização do mundo

Em uma primeira vista, ao observarmos as divindades todas elas já possuem uma função pré-estabelecida. Entretanto, para enriquecer o imaginário a criação é contada, resumidamente, da seguinte forma: Estavam todas as divindades imbuídas de suas funções. A criação estava sendo plenamente realizada, contudo, havia um que estava um tanto triste, uma vez que, não conseguiu cumprir com sua tarefa. Trata-se de Oxalá Obatalá. A sua missão era modelar o ser humano e aí estava a sua dificuldade. Ele tentou usar todos os materiais disponíveis, mas não obtinha resultado satisfatório. Tentou, como exemplos, a madeira, mas ela quebrava ou ficava dura demais. Tentou a pedra, mas ficou rígido demais e por vezes quebradiço. Tentou as folhas, mas eram frágeis em demasia. Foi então que Nanã Buruquê lhe entregou a lama, ou seja, a fusão de água e terra. Deste modo, Oxalá Obatalá conseguiu moldar e ficou super contente, pois finalmente, conseguiria completar a sua incumbência. Contudo, Nanã Buruquê o advertiu dizendo que após a finalização

da tarefa deveria ele, Oxalá Obatalá, devolver o material utilizado para ela.

Em suma, fica nítida a cosmovisão transladada a qual ficam alguns questionamentos que poderemos tentar solucionar. Diante dessa história da criação é possível estabelecer o porquê devemos enterrar os mortos? Deste modo está sendo devolvido o material utilizado para a criação do ser humano. Do mesmo modo, conforme referido anteriormente, os Orixás possuem características distintas o que auxilia no entendimento dos traços de personalidade de seus afiliados.

5. Considerações Finais:

Na introdução do presente estudo foi feita a referência aos conceitos e que, desta forma, as explicações se interligavam. Assim sendo, a cosmovisão não é apenas uma construção intelectual, mas também um sistema simbólico compartilhado socialmente. As permanências condicionadas pelas tradições, valores e estruturas sociais existentes, contribuindo, desta forma, para a construção de uma memória em comum que é fator primordial para a criação de identidade. A cidade do Rio Grande, por exemplo, sempre foi muito plural, já que, o porto foi a sua instituição primordial. Com isso, a presença de pessoas de diversas localidades são uma constante no cotidiano citadino até a atualidade. Contudo, a cidade foi sendo construída obedecendo o modelo colonizador europeu da época. Isso significa dizer que a escravização de africanos se fez presente e

com isso toda uma trajetória histórica foi sendo construída com rechaço a tudo que era proveniente da África. Como visto no presente estudo, a cosmovisão, a identidade e a transmissão nunca foi esquecida e, por conseguinte, não teve encerramento.

Ao fim e ao cabo, constatamos que a resistência africana frente a colonização teve muito sucesso, já que, atualmente o mundo pode ser compreendido com o olhar daqueles que foram trazidos em diáspora. Mais uma vez, devido ao longo processo de inferiorização dos africanos ainda há um enorme preconceito, contudo, a resistência também jamais sessou.

6. Referências Bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 2014.

CORRÊA, Norton. *Os bímembranófonos ioruba no Brasil*. *European Review of Artistic Studies*, [s. l.], v. 2, n. 3, p. 42-76, set. 2011.

CORRÊA, Norton Figueiredo. “A Cozinha é a Base da Religião”: A Culinária Ritual no Batuque do Rio Grande do Sul. *Arquivos Brasileiros de Alimentação*, Recife, v. 2, n. 1, p. 116-127, 2017.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*

(séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LEITE, Maria Jorge dos Santos. *Tráfico atlântico, escravidão e resistência no Brasil*. Sankofa: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, [s. l.], ano X, n. XIX, p. 64-82, ago. 2017.

MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

NAUGLE, David K. *Worldview: The History of a Concept*. Grand Rapids: Eerdmans, 2002.

ORO, Ari Pedro. *As religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul*. Debates do NER, Porto Alegre, ano 9, n. 13, p. 9-23, jan./jun. 2008.

ORO, Ari. *Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul: Passado e Presente*. Estudos Afro-Asiáticos, [s. l.], ano 24, n. 2, p. 345-384, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SIRE, James W. *O Universo ao Lado: um catálogo básico sobre cosmovisões*. Brasília: Monergismo, 2020.

TADVALD, Marcelo. *Notas históricas e antropológicas sobre o Batuque no Rio Grande do Sul*. Relegens Thréskeia: estudos e pesquisa em religião, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 46-59, 2016.

TORRES, Luiz Henrique. A cidade do Rio Grande: escravidão e presença negra. *Biblos – Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, Rio Grande, v. 22, n. 1, p. 101-117, 2008.

VERGER, Pierre Fatumbi. *Orixás: deuses iorubás na África e no Novo Mundo*. Salvador: Corrupio, 2002.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da nação: escravidão, liberdade e família no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

Trabalhador e pesquisador: José Arthur Montenegro e o fazer histórico no Rio Grande do Sul da virada do século XIX ao XX*

Francisco das Neves Alves**

Um cearense de nascimento e sul-rio-grandense por adoção desempenhou muito a contento a expectativa em geral destinada a um brasileiro de origem pobre que

* Capítulo vinculado à Ação de desenvolvimento – O Arquivo Montenegro no acervo da Biblioteca Rio-Grandense: História e Arte – promovida junto ao Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes”-CEMOSi, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP – Câmpus Presidente Prudente, sob a supervisão da Profa. Dra. Paula Ferreira Vermeersch.

** Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

viveu entre a segunda metade do século XIX e os primórdios da centúria seguinte, ou seja, tornou-se um trabalhador sempre em busca de garantir a sobrevivência. José Arthur Montenegro (1864-1901) teve uma múltipla atuação profissional. Começou como marítimo e, muito jovem, entre os quatorze e os dezesseis anos, estudou pilotagem, navegando pela costa brasileira. Viria a sair de sua província natal, o Ceará, promovendo uma mudança geográfica drástica em sua existência, ao mudar-se para o extremo-meridional do Brasil, cursando a Escola Militar, no Rio Grande do Sul, entre os dezessete e os vinte anos. Permaneceu no sul, servindo no exército até completar cinco lustros de existência. Daí em diante, deixou o serviço militar, vindo a atuar como amanuense e arquivista em empresa férrea que ligava a capital rio-grandense à fronteira. Aos trinta e três retornou ao Ceará, secretariando outra entidade ferroviária, mas aí permaneceu pouco tempo, regressando ao Rio Grande do Sul, onde obteve ocupação novamente no ramo ferroviário. Fixando residência novamente na cidade gaúcha do Rio Grande, exerceu funções vinculadas à empresa encarregada da reestruturação viária citadina até o seu falecimento.

Ao lado de todas essas atividades que garantiram a existência individual e familiar, Montenegro desempenhou uma outra carreira. Esta não lhe rendia o vil metal que permitia o sustento, mas expressava sua verdadeira vocação. Notadamente a partir da segunda metade dos anos 1880, ele exerceu uma ativa vida intelectual, dedicando-se a pesquisar e escrever sobre assuntos variados relativos a diversas áreas do conhecimento humano, como a história, a geografia, a

literatura e o jornalismo. Tal ação foi tão marcante que Arthur Montenegro contou com a aceitação e o reconhecimento junto a diversas entidades científicas e culturais de sua época, tanto no âmbito nacional, quanto no internacional.

Conciliando os encargos profissionais com a índole intelectual, Montenegro não poupou esforços para promover pesquisas, empreendendo incansável labuta na busca de documentação que corroborasse com a execução de seus trabalhos. Suas profissões não lhe trouxeram riqueza, mas sua vocação permitiu-lhe amearhar um enorme cabedal de saber. Estudou temas variados, mas seu assunto predileto era a Guerra do Paraguai, promovendo indelévels investigações acerca de tal conflito. Tendo em vista os poucos recursos, os altos custos de edição e a prematura morte, não chegou a atingir seu intento de publicar uma volumosa obra sobre a Guerra da Tríplice Aliança. Mesmo assim, conseguiu editar vários de seus trabalhos no formato de livro, seja como autor, tradutor, introdutor e/ou anotador; e também na condição de artigos jornalísticos que se espalharam por periódicos, mormente sul-rio-grandenses e cearenses.

Boa parte da produção intelectual de José Arthur Montenegro foi publicada em diversos periódicos e, apesar de sua profícua pesquisa, foram poucas as obras de sua lavra editadas no formato de livros, caso de *Notas para a carta geográfica do Rio Grande do Sul* (1895) e *Fragmentos históricos – homens e fatos da Guerra do Paraguai* (1900). Sua atuação na coleta de documentos foi também coroada com a publicação de livros por ele traduzidos, introduzidos e/ou anotados, como *Resumo da ordenança sobre os exercícios e evoluções dos corpos de infantaria do*

exército. Parte aplicável à Guarda Nacional (1891), Guerra do Paraguai – memórias de Mme. Dorothea Duprat de Lasserre (1893), Guerra do Paraguai – monografias históricas por Juan Silvano de Godoi (1895) e O Uruguai (1900).

Outras pesquisas projetadas por Montenegro foram publicadas, parcial ou integralmente, junto à imprensa, como foi o caso de *História da Guerra Chileno-Peru-Boliviana, 1879-1881; Cristóvão Colombo e o descobrimento da América; Efemérides das campanhas do Uruguai e Paraguai*; além de vários outros trabalhos. Tais edições ficaram espalhadas por periódicos como *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul, Almanaque Popular Brasileiro, A Atualidade, Correio Mercantil Diário do Rio Grande, Eco do Sul, A República, Revista da Academia Cearense, Almanaque Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará e Jornal do Comércio*. Outras dentre suas obras projetadas acabaram por permanecer inéditas, como foi o caso dos títulos *História da Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai, Dicionário histórico-geográfico do Estado do Rio Grande do Sul, Dicionário das madeiras do Brasil, As ilhas do Brasil e Bibliografia do Rio Grande do Sul nos séculos XVIII e XIX*².

² Dados biográficos e bibliográficos elaborados a partir de: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. v. 4, p. 319-322.; STUDART, Guilherme. *Dicionário biobibliográfico cearense*. Fortaleza: Tipografia e Litografia a Vapor, 1913, v. 2, p. 66-73.; MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Instituto Estadual do Livro, 1978. p. 375-376.; e VILLAS-BÔAS, Pedro. *Notas de bibliografia sul-rio-*

Ao residir na cidade do Rio Grande, onde exerceu boa parte de sua vida profissional. J. Arthur Montenegro encontrou um ambiente bastante propício à sua ação intelectual. Como principal porto sul-rio-grandense, tal comuna cresceu a partir das lides mercantis, servindo como ponto de recepção de importações e escoadouro da produção pecuário-charqueadora gaúcha. Por décadas, a comunidade rio-grandina reivindicou renovações nas instalações portuárias, melhores condições de acesso marítimo e aprimoramento do sistema de transportes, de modo a estimular ainda mais o comércio. As empresas em que Montenegro trabalhou estavam diretamente ligadas a tais anseios. A partir do desenvolvimento econômico, a cidade do Rio Grande teve também uma evolução demográfica e um incremento cultural, criando uma conjuntura favorável às atividades intelectuais.

Desde 1846, a localidade portuária tinha um Gabinete de Leitura, precursor em termos rio-grandenses-do-sul, o qual viria a transformar-se, no final dos anos 1870, na Biblioteca Rio-Grandense, detentora de um acervo considerável no contexto brasileiro e consolidando sua ação cultural nas décadas finais dos Oitocentos. Nesta mesma época, a cidade do Rio Grande tinha uma imprensa à altura da praticada nas mais importantes cidades brasileiras de então, circulando de três a quatro periódicos diários, além de semanários voltados à caricatura, à literatura e a segmentos socioeconômicos e culturais específicos. Havia também a Livraria Americana que, além de suas funções editoriais,

grandense: autores. Porto Alegre: *A Nação*; Instituto Estadual do Livro, 1974. p. 325.

exercia também um papel cultural significativo, irradiando a importância da leitura e reunindo em torno de si vários representantes da intelectualidade. Entre eles estava Alfredo Ferreira Rodrigues, funcionário da livraria e historiador, que dedicou sua vida à pesquisa da Revolução Farroupilha. Montenegro conviveu com tal ambiente, compartilhou ideias com essa intelectualidade e privou do companheirismo de Ferreira, com o qual interagiu sobre as formas de “fazer história” e amearhar documentos.

A ação no campo intelectual e cultural exercida por José Arthur Montenegro consolidou-se quando de sua morada no Rio Grande do Sul, coincidindo tal época com o apogeu de suas pesquisas e de seus escritos³. A partir dessa atuação viria a conquistar uma notoriedade no meio intelectual de então. Nesse sentido, ele correspondeu ao papel do agente cultural, vindo a cumprir uma vocação e uma missão como pesquisador reconhecido em seu meio⁴. Tal ação conferiu-lhe uma legitimidade intelectual, ainda mais nos temas de pesquisa de sua predileção⁵, ficando suas tomadas de

³ ALVES, Francisco das Neves. O escritor José Arthur Montenegro. In: ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique. *O Arquivo Montenegro e a Guerra do Paraguai: fragmentos históricos e fotográficos*. Lisboa; Rio Grande: CLEPUL; Biblioteca Rio-Grandense, 2020. p. 15-17.

⁴ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 87, 90 e 150.

⁵ BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 244 e 253.

posição bem de acordo com o campo intelectual de sua época⁶.

No Brasil daquela virada de século, dos Oitocentos aos Novecentos, época em que foram estabelecidos os empreendimentos culturais de Montenegro, os denominados homens de letras – como eram conhecidos os representantes da intelectualidade – tinham em geral uma ação múltipla, dedicando-se a estudos que vislumbravam áreas diversificadas do conhecimento humano. A atuação do estudioso cearense/gaúcho não foi diferente. Ele tinha uma predileção pela pesquisa histórica e um tema preferencial ao qual dedicou boa parte de sua existência – a Guerra do Paraguai. Mas isso não impediu que ele também militasse em outras áreas, dedicando diversos trabalhos a múltiplas temáticas, como as de natureza geográfica e literária.

Os escritos publicados e/ou projetados pelo autor revelavam essa abordagem múltipla. Tal perspectiva fica evidenciada a partir dos títulos de seus livros que chegaram a ser editados, ficaram no prelo ou mesmo permaneceram como manuscritos, vindo a ser citados pelos seus biógrafos, de acordo com o seguinte quadro:

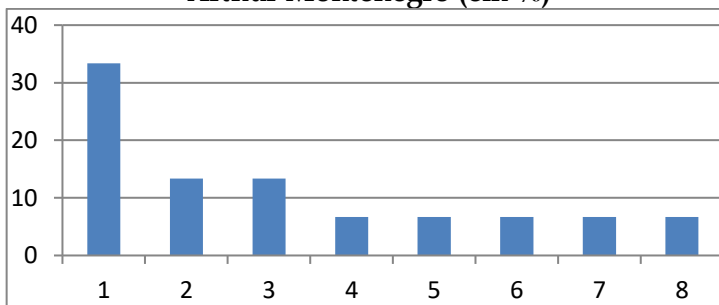
⁶ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 190.

Obras projetadas/publicadas por J. Arthur Montenegro	
título	status
<i>Resumo da ordenança sobre os exercícios e evoluções dos corpos de infantaria do exército. Parte aplicável à Guarda Nacional</i> (organização)	livro editado pela Livraria Americana em 1891 (Rio Grande)
<i>Guerra do Paraguai – memórias de Mme. Dorothea Duprat de Lasserre</i> (tradução/ organização/introdução/anotação)	livro editado pela Tipografia Trocadero e depois pela Livraria Americana em 1893 (Rio Grande)
<i>Guerra do Paraguai – monografias históricas por Juan Silvano de Godoi</i> (tradução/ organização/introdução/anotação)	livro editado pela Livraria Americana em 1895 (Rio Grande)
<i>Notas para a carta geográfica do Rio Grande do Sul</i> (autoria)	livro editado pela Livraria Americana em 1895 (Rio Grande)
<i>Fragmentos históricos – homens e fatos da Guerra do Paraguai</i> (autoria)	livro editado pela Livraria Rio-Grandense em 1900 (Rio Grande)
<i>O Uruguai</i> (organização/introdução/anotação)	livro editado por Echenique Irmãos & Cia. em 1900 (Pelotas)
<i>História da Guerra Chileno-Peru-Boliviana, 1879-1881</i> (autoria)	fragmentos publicados junto à imprensa periódica

<i>Cristóvão Colombo e o descobrimento da América – História da geografia do Novo Continente</i> (tradução e organização)	fragmentos publicados junto à imprensa periódica
<i>Efemérides da Campanha do Uruguai e Paraguai</i> (autoria)	fragmentos publicados junto à imprensa periódica
<i>Viagem pitoresca pelos Rios Paraná, Paraguai, S. Lourenço e Arinos</i> (tradução e organização)	fragmentos publicados junto à imprensa periódica
<i>História da Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai</i> (autoria)	obra projetada e em parte manuscrita
<i>Dicionário histórico-geográfico do Estado do Rio Grande do Sul</i> (autoria)	obra projetada
<i>Dicionário das madeiras do Brasil</i> (autoria)	obra projetada
<i>As ilhas do Brasil</i> (autoria)	obra projetada
<i>Bibliografia do Rio Grande do Sul nos séculos XVIII e XIX</i> (autoria)	obra projetada

O tema preferido de Montenegro foi mesmo a Guerra do Paraguai, correspondendo a um terço dos assuntos principais de seus livros publicados/projetados, ficando as demais temáticas bastante multifacetadas, como pode ser observado no próximo gráfico:

Temáticas dos livros publicados/projetados por J. Arthur Montenegro (em %)

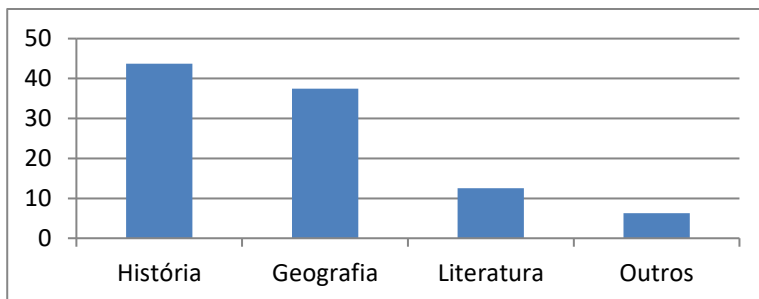


ONDE:

1 – Guerra do Paraguai / 2 – Geografia e História do Rio Grande do Sul / 3 – Explorações científicas /
4 – Organização militar / 5 – Literatura colonial /
6 – História da América / 7 – Dendrologia / 8 - Nissologia

Já quanto à área do conhecimento predominante na escritura de Arthur Montenegro, a maioria de seus estudos é de natureza histórica, seguidos pela geográfica, conforme o próximo gráfico:

Áreas do conhecimento predominantes dos livros publicados/projetados por J. Arthur Montenegro (em %)



As próprias instituições acadêmico-científicas as quais ele pertenceu, e que revelavam sua notoriedade intelectual, eram diversificadas quanto a seus focos, envolvendo a cultura em geral, a história, a geografia, as letras e a arqueologia. Tais entidades intelectuais foram: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Sociedade de Geografia de Lisboa, Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, Instituto Geográfico Argentino, Ateneu de Buenos Aires, Centro Literário do Ceará, Academia Cearense, Associação Guerreiros do Paraguai, Instituto de Coimbra e Associação dos Homens de Letras de Caracas⁷. Por meio das correlações no seio de tais instituições, através de copiosa troca de correspondências e/ou de contatos pessoais, Montenegro veio a constituir verdadeira rede de comunicações, notadamente quanto ao seu tópico favorito, a Guerra do Paraguai, interagindo com pesquisadores, escritores e artistas, no que tange ao contexto intelectual, e com militares, em referência ao meio castrense.

Nesse sentido, aquele jovem que nascera no nordeste e residia no extremo-sul do Brasil passava a conquistar alguns espaços no centro e em outras regiões do país, na Argentina, na Venezuela e em Portugal. A

⁷ ALVES, Francisco das Neves. O pesquisador José Arthur Montenegro. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique & OLIVEIRA, Marcelo França de. *O Arquivo Montenegro, a Guerra do Paraguai e além (estudos históricos, geográficos e literários)*.o. Lisboa; Rio Grande: CLEPUL; Biblioteca Rio-Grandense, 2020. p. 14-18.

maior parte de sua pesquisa foi executada no Rio Grande Sul, lugar onde fixou residência, empreendeu suas ações profissionais e estabeleceu família, com o casamento em 1888, do qual resultaria um filho. Em sua casa na cidade do Rio Grande, montou um gabinete no qual escreveu as correspondências, que dariam origem à rede de intercâmbio intelectual que promoveu; formou riquíssima e variada biblioteca; reuniu a documentação amalhada; e afixou quadros contendo os diplomas das diversas associações culturais a que era filiado⁸.

Quando, por questões profissionais e de saúde, Montenegro voltou à sua terra natal, manteve aceso todo o intercâmbio e aprofundou-o participando mais ativamente na Academia Cearense, da qual era sócio desde 1895. Sua relação com a entidade dava-se até então à distância, com a troca de correspondências, envio de livros e comunicação de projetos⁹. A partir de 1897, a estada em Fortaleza permitiu a participação presencial nas reuniões da instituição, chegando em uma delas a ser saudado “pelos seus serviços à história e geografia pátrias”, ao que agradeceu, expressando “seu justo prazer” por se achar pela primeira vez entre os seus colegas, que “tão cavalheirosamente” o tinham acolhido¹⁰.

⁸ BARBOSA, Antônio da Cunha. Esboços biobibliográficos dos acadêmicos visconde de Taunay e José Arthur Montenegro. In: REVISTA DA ACADEMIA CEARENSE. Fortaleza: Tipografia Studart, 1901, t. 6, p. 9-10 e 32-39.

⁹ REVISTA DA ACADEMIA CEARENSE. Fortaleza: Tipografia Studart, 1896, a. 1, fascículo 1, p. xxxiii, xxxi e 313.

¹⁰ REVISTA DA ACADEMIA CEARENSE. Fortaleza: Tipografia Studart, 1897, t. 2, p. 228, 229 e 230.

Nessa casa cultural cearense, leu textos de sua autoria, publicou na Revista e chegou a propor indicações para sócios correspondentes, assim como apresentou aos consócios uma parte de sua “preciosa coleção” de retratos dos “vultos salientes” da Guerra do Paraguai¹¹; foi também ressaltada uma publicação periódica argentina na qual fora estampado o seu retrato. Ao fim de sua permanência no Ceará, o escritor comunicou aos seus pares a respeito de “sua retirada pra o sul da República”, fazendo suas despedidas¹². Mesmo à distância, continuou sendo lembrado pelos confrades, como ao ser listado entre os autores que, “em história pátria têm escrito livros de incontestável valor”, bem como teve lidos textos de sua autoria, inclusive, uma biografia de sua lavra¹³. Na Academia Cearense também viria a ser pranteado o seu falecimento.

Ao voltar para o Rio Grande, onde viveria seus derradeiros anos, mesmo com a saúde cada vez mais abalada, persistiu na labuta intelectual, colaborando com periódicos locais e de diversos lugares, mantendo sua rede de contatos, coletando documentos e publicando livros. A ênfase continuava a ser em torno das ações de historiar a Guerra do Paraguai e biografar seus principais personagens, sem chegar a descurar os estudos acerca de outros temas. Montenegro era infatigável quanto à pesquisa e à criação, não

¹¹ REVISTA DA ACADEMIA CEARENSE. Fortaleza: Tipografia Studart, 1898, t. 3, p. 260, 262, 265

¹² REVISTA DA ACADEMIA CEARENSE. Fortaleza: Tipografia Studart, 1899, t. 4, p. 255, 256, 257 e 258.

¹³ REVISTA DA ACADEMIA CEARENSE. Fortaleza: Tipografia Studart, 1900, t. 5, p. 201 e 224.

abandonando a coleta de fontes e a escritura, com a elaboração dos manuscritos que viriam a constituir suas tão sonhadas obras – *História da Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai* e *Efemérides da campanha do Uruguai e Paraguai*, nas quais as biografias eram recorrentes e tinham papel relevante.

Permaneciam os tantos contatos com as entidades nacionais e estrangeiras das quais fazia parte. Essa participação efetiva, mas à distância se dava pelo motivo de que, no Rio Grande do Sul, seu lar adotivo, tais associações culturais ainda não eram tão efetivas. Foi o caso da Academia Rio-Grandense de Letras, criada em 1901, e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, instituído em 1920, nas quais haveria uma significativa chance de sua participação, não tivesse a sua vida ceifada de maneira tão precoce. Ele mesmo teve a iniciativa, sem maior perenidade, de criar um Instituto Histórico e Geográfico Rio-Grandense, elaborando um projeto de estatuto para tal entidade, em 1894¹⁴. Ainda assim, participou ativamente da vida cultural e do cenário intelectual do Rio Grande.

O mais relevante escopo das pesquisas de Montenegro acerca da Guerra do Paraguai esteve vinculado à abordagem biográfica, não é para menos que, ao longo de sua carreira, buscou amearhar todas as informações que estiveram ao seu alcance, bem como registros fotográficos dos atores que atuaram no conflito internacional. Articulada a tal perspectiva biográfica, o autor acompanhava uma vertente historiográfica ainda

¹⁴ CESAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. 3.ed. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; CORAG, 2006. p. 167 e 384.

bastante usual à época, vinculada ao intento da heroificação dos personagens abordados, bem como da construção de valores morais que deveriam servir como ensinamentos às gerações futuras¹⁵.

A partir de tal enfoque histórico/biográfico, o pesquisador cearense/sul-rio-grandense buscava encarar os agentes sociais que atuaram no enfrentamento bélico como verdadeiras essências da humanidade¹⁶, visando a reavivar a memória para com aqueles que teriam desempenhando um papel de destaque frente ao conjunto da sociedade¹⁷, encarando-os como verdadeiros protagonistas do devir histórico¹⁸. Nessa linha, o fio condutor da construção histórica era constituído a partir das vivências militares, políticas e administrativas¹⁹, com a presença de personalidades consideradas heroicas que tinham em suas mãos o destino dos acontecimentos²⁰, e, a partir daí, servindo assim à edificação do patrimônio e

¹⁵ DOSSE, François. *Le pari biographique: écrire une vie*. Paris: Éditions La Découverte, 2005. p. 133-211.

¹⁶ BORGES, Vavy Pacheco. Fontes biográficas: grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 226.

¹⁷ LEE, Sidney. *Principles of biography*. Cambridge: Cambridge University Press, 1911. p. 7.

¹⁸ MADELENAT, Daniel. La biographie aujourd'hui : frontières et resistances. In: *Cahiers de l'Association internationale des études francaises*. Paris, v. 52, n. 1, 2000, p. 158.

¹⁹ LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 220.

²⁰ MALATIAN, Teresa Maria. A biografia e a história. In: *Cadernos CEDEM*. São Paulo: UNESP, v. 1. n. 1, 2008, p. 17.

da memória nacionais²¹. De acordo com tal perspectiva, as biografias adquiriam relevante papel na construção da ideia de nação, ao imortalizar os propalados heróis e ancestrais fundadores²², de modo que, a partir da atuação desses, passava a ser recuperado e ressaltado o drama histórico humano²³.

Na concepção de Montenegro o ato de “fazer história” estava vinculado à figura dos supostos “grandes homens”, ou seja, aqueles que apareciam como reveladores do carácter específico do seu povo e de seu tempo²⁴. Assim, ao historiar e/ou biografar, José Arthur Montenegro vinha ao encontro de uma reconstrução histórica idealizada, calcada em tons patrióticos e na heroicização daqueles “grandes homens”, em uma concepção da História como a “mestra da vida”, ou seja, o olhar para o passado deveria ter por base o ensinamento de valores cívicos e morais, oriundos das ações dos personagens históricos encarados como heróis.

²¹ MUSIEDLAK, Didier. Biografia e história. Reflexões metodológicas. In: *Esboços – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC*. Florianópolis: UFSC, v. 13, n. 15, 2006, p. 104.

²² PRIORE, Mary del. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. In: *Topoi – Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009, p. 8.

²³ ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. La biografia como género historiográfico: algunas reflexiones sobre sus posibilidades actuales. In: SCHMIDT, Benito (org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 11.

²⁴ CATROGA, Fernando. Ainda será a História mestra da vida? In: *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, 2006, n. 2, p. 25.

O próprio escritor revelou tal inspiração, ao afirmar a respeito de um de seus projetos de escritura sobre a Guerra do Paraguai que estava “disposto a dedicar toda a minha vida, contanto que ao entregá-la ao público”, pudesse dizer: “eis a última palavra sobre a tremenda epopeia que dignificou minha pátria em cinco anos de luta contra a tirania”. Dessa maneira, considerava que a publicação das suas “*Efemérides* muito virá auxiliar no desempenho do compromisso que tomei perante o país”²⁵.

Desse modo, Montenegro percebia que o devir histórico era movido por heróis, daí tantos cuidados para com os escritos de cunho biográfico. Ele apresentou biografias em seus livros e nas suas colaborações junto à imprensa periódica, mas também as preparou em profusão para as suas projetadas obras que não chegaram ao prelo e permanecem nos manuscritos, os quais compõem o acervo do Arquivo Montenegro na Biblioteca Rio-Grandense. Tais estudos biográficos destinaram-se em grande escala aos militares, políticos e diplomatas que tiveram algum vínculo com a Guerra do Paraguai. Para tanto, reunia todas as informações que podia obter sobre eles – daí aquela extensa rede de comunicações –, as quais variavam dos testemunhos pessoais ao envio de documentos escritos e material iconográfico. Tudo isso, reunido à vasta biblioteca que conseguiu ajuntar, transformaram Arthur Montenegro no maior especialista na Guerra da Tríplice Aliança, no Brasil de sua época.

²⁵ Citado por: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. v. 4, p. 319-322.

Algumas das apreciações acerca do trabalho de Arthur Montenegro revalidavam esse intento de uma criação histórica vista como um serviço à pátria. Nesse sentido, Guilherme Studart – estudioso e colega daquele na Academia Cearense – no verbete dedicado a Montenegro de seu *Dicionário biobibliográfico cearense* declarava que, entre os trabalhos desse “distinto brasileiro”, figurava a *História da guerra do Paraguai*, apontada como o trabalho “mais notável e completo” sobre esse assunto, de modo que a sua publicação seria “o maior serviço prestado à história pátria²⁶. Já no trâmite que marcou a entrada de J. Arthur Montenegro no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ficava exaltado o fato de ele ter conseguido “prestar um bom serviço à história e às letras pátrias”, justificando-se seu ingresso, pois dali em diante ele continuaria “a prestar importantes serviços à história pátria”²⁷. O elogio fúnebre tecido pelo escritor Antônio da Cunha Barbosa na *Revista da Academia Cearense* também enaltecia tal fundamento, ao afirmar que Montenegro fora “laborioso escritor das coisas pátrias”, e que sua obra servira como “exemplo para bem servir à pátria”, e ensinar “a engrandecer a terra” pela qual os brasileiros “estremeciam”, permanecendo sua ação sintetizada na asserção: “Amor ao trabalho, amor à pátria”²⁸.

²⁶ STUDART, Guilherme. *Dicionário biobibliográfico cearense*. Fortaleza: Tipografia e Litografia a Vapor, 1913, v. 2, p. 66-73.

²⁷ REVISTA TRIMESTRAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Companhia Tipográfica do Brasil, 1895, t. 58, parte 2, p. 297-300, 309 e 313.

²⁸ BARBOSA, Antônio da Cunha. Esboços biobibliográficos dos acadêmicos visconde de Taunay e José Arthur

Os valores nacionais e patrióticos e o intento de heroicizar os personagens retratados marcaram esses estudos biográficos os quais estiveram concentrados em maior número no livro *Fragmentos históricos – homens e fatos da Guerra do Paraguai*. Na apresentação do livro, Raimundo de Farias Brito, filósofo e escritor, conterrâneo de Montenegro e seu colega na Academia Cearense, da qual era um dos sócios fundadores²⁹, categorizava o modo de Arthur Montenegro fazer história, ressaltando sua intenção de resgatar do esquecimento a memória dos “heróis nacionais” que haviam lutado pela “causa pátria”³⁰:

Nota-se de fato entre os historiadores, o seguinte: – que uns procuram interpretar, por assim dizer, a consciência humana, para fazer com rigor dedução das leis que obedece a sucessão dos acontecimentos – são *os historiadores filósofos*; que outros pretendem como que representar em quadro os homens e as coisas, esforçando-se por arrancar do passado a lembrança dos fatos, legando-os à humanidade como um tesouro e restituindo-lhe por este modo,

Montenegro. In: REVISTA DA ACADEMIA CEARENSE. Fortaleza: Tipografia Studart, 1901, t. 6, p. 9-10 e 32-39.

²⁹ REVISTA DA ACADEMIA CEARENSE. Fortaleza: Tipografia Studart, 1896, a. 1, fascículo 1, p. v.

³⁰ ALVES, Francisco das Neves. O biógrafo José Arthur Montenegro. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique & OLIVEIRA, Marcelo França de. *O Arquivo Montenegro: retratos e biografias*. Lisboa; Rio Grande: CLEPUL; Biblioteca Rio-Grandense, 2020. p. 12-15.

se não a vida, pelo menos a imortalidade da memória – *são os historiadores artistas*.

O Sr. Arthur Montenegro é desta última classe.

Abrangendo em suas investigações apenas um período da nossa história, pois todos os seus quadros giram em torno da Guerra do Paraguai, principal objeto de suas lucubrações, vê-se que o seu objetivo é não interrogar o passado da vida nacional, para fazer a dedução dos destinos da civilização brasileira, mas apenas arrancar do olvido a memória dos nossos heróis, apresentá-los à posteridade tais quais foram e, sobretudo, fazendo justiça aos que souberam morrer pela causa da pátria.³¹

Assim, a obra de José Arthur Montenegro caracterizou-se por tal enfoque embasado em pressupostos histórico-biográficos que visavam a ressaltar os considerados protagonistas da Guerra da Tríplice Aliança. Não é para menos que o título de seu livro publicado acerca do tema era “Fragmentos históricos”, em referência à reunião de artigos até então publicados de modo esparso junto à imprensa periódica, ou ainda inéditos, independentes entre si, mas mantendo o fio condutor em torno das vivências dos militares no conflito. Já o subtítulo, “Homens e fatos”, reforçava

³¹ BRITO, Raimundo de Farias. (Prefácio). In: MONTENEGRO, José Arthur. *Fragmentos históricos – homens e fatos da Guerra do Paraguai*. Rio Grande: Tipografia da Livraria Rio-Grandense, 1900. p. v e vi.

aquela perspectiva dos personagens como motores do devir histórico³².

Nesse sentido, o escritor se propunha a coletar dados obtidos “com vagar e muito esforço”, bem como juntar “muitos retratos de vultos eminentes”, com o fito de “esclarecer minuciosamente todos os sucessos” que caracterizaram o evento bélico. Para cumprir essa missão, ele demarcava que pretendia dedicar a sua própria existência³³. Sua vida foi exígua, e ao longo da mesma foi necessário contrabalançar as ações do trabalhador e as do pesquisador, a labuta da sobrevivência e a vocação do estudioso. E nessa faina, de acordo com o seu modo de “fazer história”, J. Arthur Montenegro legou um acervo inestimável, constituindo um dos mais relevantes acerca da guerra que envolveu Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai na segunda metade do século XIX.

³² MONTENEGRO, José Arthur. *Fragmentos históricos – homens e fatos da Guerra do Paraguai*. Rio Grande: Tipografia da Livraria Rio-Grandense, 1900.

³³ Citado por: BARRETO, Abeillard. *José Arthur Montenegro*. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 1957 (datilografado), fl. 1-2.

Mudanças nas estruturas da produção pecuária no Rio Grande do Sul e no Pampa argentino: as “Instruções” de Vieira Braga, Rosas e Hernández

Jussemar Weiss Gonçalves*

Introdução

O cotidiano das relações de trabalho nas estâncias pampeanas da região platina passava pelas ordens emanadas pelo estancieiro aos seus capatazes, que por sua vez eram os responsáveis pela sua execução. No presente artigo busco apontar as mudanças ocorridas nas relações de trabalho no universo pampeano.

Para isto, utilizo como fonte de estudo as cartas redigidas pelo estancieiro João Francisco Vieira Braga, proprietário da “Estancia da Muzica”, dirigidas ao seu capataz, João Fernandes da Silva. As Instruções elaboradas e enviadas por João Francisco Vieira Braga ao

* Professor no curso de Graduação em História, no Programa de Pós-Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande.

seu capataz, o Senhor João Fernandes da Silva, revelam a preocupação do proprietário com o bom andamento da produção, delinea as funções e responsabilidades do capaz nos cuidados e no trato com os peões e o com os intrusos. O Regulamento de instruções é composto por 53 artigos que tratam dos assuntos os mais variados na administração da estância e pecuária, e encontra-se sob a guarda da Biblioteca Rio-Grandense, em Rio Grande.³⁴

Também discuto dois conjuntos de normas elaborados na Argentina, a fim de demonstrar que as preocupações de João Francisco Vieira Braga com a produção pecuária faziam parte de um movimento mais amplo de transformações pelas quais essa produção passava na região pampeana platina, uma vez que as relações de produção sofriam o impacto da articulação com a economia capitalista então em desenvolvimento na região.

O primeiro foi escrito por Juan Manuel Rosas, influente figura política da Argentina de seu tempo, que governou como ditador de 1823 a 1852, quando foi derrotado e exilou-se na Inglaterra. Rosas era um grande proprietário agrário na província de Buenos Aires. As *Instrucciones a los Mayordomos de Estancias*, de Juan Manuel de Rosas (1992), revelam como ele compreendia a organização de uma propriedade agrária. Essas *Instrucciones* vieram a público ao redor de 1835, no

³⁴ O documento original contendo “as instruções” encontra-se nas latas 25, 26, 27 e 28 na Biblioteca Rio Grandense, em Rio Grande. Sobre essa documentação, há um único estudo realizado por Guilhermino Cezar, sob o título “O Conde de Piratini e a Estância da Música”, publicado em 1978.

mesmo período das cartas de João Francisco Vieira Braga.

O outro autor é o famoso escritor argentino José Hernández, autor da célebre obra *Martin Fierro*, que narra em verso a vida de “*los Gauchos*”, justamente no período da ditadura de Rosas. Hernández foi político, senador e participante ativo nas lutas políticas da segunda metade do século XIX na Argentina. Enquanto em sua literatura ele narra a vida de um gaúcho livre, que não reconhece propriedade ou limites, em sua *Instrucción del Estanciero* mostra-se bem adaptado às mudanças pelas quais a propriedade agrária e a produção pecuária passavam no momento da escrita de seu manual, em 1882 (Hernández, 2008).

Instruções, marcas e cercamentos: a propriedade da terra e do gado na região platina

Nos princípios do século XIX, a cidade de Rio Grande era um centro dinâmico e importante para o Império do Brasil, com um porto a partir do qual circulavam mercadorias as mais variadas, que chegavam e saíam em direção a várias partes do mundo. É nesse movimento de crescimento socioeconômico que João Francisco Vieira Braga vai se tornar um homem importante para a cidade e para o Império.

É fato que Vieira Braga não era apenas um homem rico, proprietário de terras, casas de comércio e lotes urbanos, mas também um administrador com visão, que organizava suas propriedades de modo a

estabelecer novas formas de direção e de gerenciamento de sua riqueza, como veremos a partir da leitura de suas cartas ao capataz de sua estância.

Mas, quem era João Francisco Vieira Braga? Ele nasceu em Piratini em 1793 e faleceu em Pelotas em 1887, aos 97 anos.³⁵ Sua família descendia dos primeiros povoadores portugueses que se estabeleceram no sul do Rio Grande do Sul e se apossaram de extensas glebas de terras. Seu pai, de quem herdou o nome, vivia no vale do rio Piratini, município situado na campanha com campos povoados de gado. Logo, era um homem da passagem do século XVIII ao século XIX, cuja riqueza familiar estava ancorada na posse da terra.

Na época de seu nascimento, isto é, fins do século XVIII, o pastoreio dominava a atividade produtiva na região da campanha. De início, esse pastoreio se confundia com uma caça aos rebanhos que viviam pelos campos, as invernadas e os tropeiros; mais adiante, já no século XIX, surgiram as estâncias, as terras de lavoura, a escravização e, por fim, as associações comerciais.

Nosso personagem viveu os seus primeiros anos de vida durante o período colonial, assistiu à independência e quase viu o fim do império. Era um homem central nas relações patrimoniais que dominavam as práticas políticas da sua época.

³⁵ João Francisco Vieira Braga foi agraciado por vários títulos de nobreza pelo governo do Império: em 1854 com o título de Barão de Piratini; em 29 de dezembro de 1866 elevado a Visconde; e em 20 de junho de 1885 a Conde. Foi também agraciado comendador da Imperial Ordem da Rosa e da Imperial Ordem de Cristo, oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro, veador da Casa Imperial (Spalding, 1969).

Conhecido de todos, prestava favores, ajudava e adotou uma filha e um filho. Administrou estâncias, casas de negócios, charqueadas, sendo, juntamente com o visconde de Mauá, um dos homens de imenso sucesso comercial. Durante a Guerra dos Farrapos, refugiou-se na capital do império, o Rio de Janeiro. Em Rio Grande, residiu em uma casa que Guilhermino Cezar (1978, p. 12) definiu como “um palacete”. Em Pelotas tinha propriedades, e pela região da campanha, estâncias. Escravizados, agregados, capatazes solícitos se moviam diante de suas ordens e conselhos, a fim de melhor administrar suas propriedades agrárias.

Era um homem que estava no centro das referências sociais e econômicas de sua época. A correspondência de sua autoria, guardada na Biblioteca Rio-Grandense, trata de vários assuntos, desde exportação de carnes, importação de sal, compra de produtos estrangeiros e ordens de pagamento. Envolvido por um círculo de amizades que congregava autoridades religiosas, civis, militares e até mesmo gente do povo, ocupou vários cargos na Província como no Império, de quem era fiel defensor.³⁶

Notamos, então, que Vieira Braga era um homem rico e influente, e que sua riqueza estava a serviço de seu poder, e vice-versa. Neste sentido, observamos, a partir

³⁶ João Francisco Vieira Braga foi vereador em Rio Grande, deputado provincial eleito à 1ª Legislatura da Assembleia Provincial e à 2ª Legislatura. Foi presidente da Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense em Rio Grande, fundador da Câmara de Comércio da cidade em 1844, foi benemérito da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande. Ainda, foi vice-presidente da Província do Rio Grande do Sul.

de sua correspondência com o capataz, que ele estava conectado a novas formas de organizar e administrar a propriedade agrária, como veremos mais adiante ao tratarmos de suas cartas.

Ao escrever as cartas, Vieira Braga residia em Rio Grande, mas também passava temporadas em sua estância. Sempre foi atento à produção de sua terra, isto é, ao desenvolvimento da produção pecuária, que, neste momento, era a base econômica do mundo rural da época. As cartas tratam, em especial, de uma propriedade, a Estância da Música, que representava, em seu estilo de vida abastado, a riqueza e o poder político do proprietário. Embora, em sua maioria, as estâncias dessa época se dedicassem apenas à produção de gado, em sua propriedade nota-se uma preocupação em introduzir a agricultura e melhores tratamentos aos escravizados.

Suas cartas apresentam as instruções repassadas ao seu capataz – ao que tudo indica, um indivíduo alfabetizado –, com o intuito de assegurar a permanência física dessas instruções, a serem consultadas em caso de dúvida. Sua importância, além do assunto abordado, está em se tratar de um conjunto de normas sobre a administração de uma propriedade agrária que não se perdeu, pois certamente não deveria ser a única. Esse importante regulamento compõe-se de um total 53 artigos, que tratam dos assuntos os mais variados relativos à administração da pecuária.

Essas normas práticas que o proprietário enviava por carta ao seu capataz João Fernandes da Silva, foram escritas ao redor de 1832. Naquele momento, a Província vivia uma crise crônica com o Império, em decorrência da produção do charque e de seu valor de exportação.

Vieira Braga, como podemos notar, estava presente em sua propriedade, ao mesmo tempo em que conhecia o debate sobre as novas formas de administrar a pecuária, que começavam ser objeto de regulações e instruções, a partir dos interesses dos proprietários, que aprofundavam seus direitos sobre a terra e, por consequência, sobre as riquezas que nela havia.

Os herdeiros dos colonizadores se apoderavam das terras e demarcavam suas propriedades em um momento em que a terra não tinha valor; mas à medida que se adentrava ao século XIX, por volta da década de 1830, já não havia terras que alguém não reclamasse com sendo sua. Neste momento, era preciso tornar essa propriedade mais clara e objetiva, mostrando a quem pertencia, assim como os animais que nela estavam. As instruções, no seu conjunto, mostram essa tentativa de aprofundar o direito das camadas ricas à propriedade em um momento em que se disputava esse direito.

Vivendo em um momento de franca mudança das práticas na pecuária, em função da nova articulação com o comércio europeu, e necessitando garantir a produção de um excedente maior para aumentar suas vantagens, as elites buscam institucionalizar suas práticas mediante a elaboração de códigos, instruções e regulamentos que pretendiam organizar e dinamizar seus interesses.

O mundo colonial na região platina, envolvendo nessa área o sul da Província, entrou para a história luso-espanhola a partir da exploração das imensas manadas de gados, que se espalharam pelo território após a destruição das missões orientais e da abertura da banda oriental à exploração, a partir de fins do século XVII. Terras com gado, esse binômio praticamente levou a

uma especialização automática da região em torno da produção ganadeira. O couro, a graxa e depois a carne vão compor por no mínimo 200 anos a pauta de exportação dessa região no contexto do comércio colonial.

Grandes extensões de terras tornavam-se, na prática, propriedades privadas de funcionários dos Impérios ou de comerciantes ligados ao tráfico de escravizados, que investiam seus lucros na terra. Neste momento, os campos e o gado não tinham nenhum tipo de proteção, isto é, nenhum sinal que marcasse a quem pertenciam. A primeira e mais duradoura forma de identificação foi a marca a ferro: o gado era marcado com um sinal particular do proprietário. Criava-se, pela primeira vez, uma referência que distinguia as manadas até então sem marca de propriedade. Essas marcas eram sinais, desenhos ou letras, conforme a vontade do dono.

Sendo assim, a primeira instrução de Vieira Braga versa justamente do sinal a representar as marcas da estância. Diz: “todo o gado vacum e cavalar deve ser marcado”. Não é gratuito que a primeira instrução seja a marcação, pois os campos não tinham sistemas de cercamento confiáveis, e a fuga e o roubo eram práticas comuns. A marcação, ou *jerra*, no castelhano, além de serem uma prática importante, eram também um momento de festa e conagração entre as famílias dos proprietários e seus serviçais. Esta primeira instrução, que Vieira Braga fornece ao seu capataz, aparece também em outro manual que busca orientar o administrador.

Trata-se de um conjunto de regras práticas elaboradas por Juan Manuel Rosas, que ao escrever já era o ditador argentino. A primeira edição apareceu em

Buenos Aires em 1856, todavia, foi escrita por volta de 1835, ou seja, três anos após as instruções de Vieira Braga. Na mesma perspectiva, Rosas diz: “devem marcar uma vez ao ano e deve cuidar-se para que a marca queime bem e parelho”. O animal não pode ficar mal marcado. Este trabalho de marcação é tão importante na estância que é realizado por um especialista e a ele se dará o ferro de marcar. Notem então, como a marcação neste momento se mostra um elemento importante na consolidação da propriedade sobre os rebanhos. É esta marca que impede o roubo e que pode servir para identificar animais roubados.

No interior da Província do Rio Grande do Sul e na região de Buenos Aires, onde estava a estância de Rosas, a preocupação dos que se consideravam proprietários era determinar e identificar seu rebanho, a fim de evitar que outros pudessem reclamá-lo como seu. Saliento que esses “outros” também incluíam os pequenos proprietários, que possuíam pequenas frações de campo entre grandes extensões de terra e que perdiam seus parques rebanhos por não conseguirem evitar a mistura do gado em um território com precários sistemas de cercamento.

Como afirma o historiador Jorge Gelman (2010, p. 34), “a principal preocupação dos peões era manter o gado em rodeio, uma zona, região do campo no qual o rebanho está acostumado a pastar e a parar, não havia alambrados”. Os peões deviam realizar esse trabalho de reunir o gado várias vezes ao ano, para evitar a perda, isto é, o roubo, e controlar os nascimentos e mortes. Vieira Braga revela esta mesma preocupação nos artigos 7 e 8 de suas instruções: “parar rodeio o mais amiúde que for possível para que o gado seja bem costiado”; e,

no artigo 8, ele escreve: “estabelecer 3 a 4 postos nos lugares indicados para que o gado não saia do campo” (Cezar, 2005, p. 39).

Sendo um grande proprietário, com vastas extensões de terra e milhares de cabeças de gado, a preocupação de Rosas era manter seus rebanhos em zonas do campo conhecidas, com as quais o gado já estivesse acostumado. Assim como Vieira Braga, por sua posição política no universo do Império, obtinha facilidades para manipular a população rural que lhe servia como peões, Rosas, com poder ainda maior, dispunha de funcionários e chefes militares que agiam em seu nome para organizar a vida *gaucha* em consonância aos seus interesses.

José Hernández, autor do famoso poema *Martin Fierro*, que canta a vida de um gaúcho, também escreveu um manual cujo título é bem sugestivo: *Instruccion del Estanciero*. Organizado em sete partes, cada uma com vários capítulos, Hernandez busca dar conta de toda vida produtiva em uma estância ao redor dos anos 1880, já no final do século XIX. Nessa *Instruccion*, na quarta parte, que trata do gado *vacum*, há um capítulo dedicado à marcação. Diz o autor que “é o sistema de marcas e sinais que os estancieros usam para justificar a propriedade de seus rebanhos”. Segundo ele, nas províncias argentinas, no Paraguai, Estado Oriental, Ur. e no Rio Grande, que é a província com mais rebanhos do império Brasileiro, se usa o mesmo sistema de marcas, e não existe nenhum outro sistema adotado. Ele diz mais: “a marca é em relação ao animal é o que é a escritura para um terreno, um verdadeiro título de propriedade, que faz fé e prova convincente” (Hernández, 2008, p. 155-156).

Nesse cenário platino, Vieira Braga, nosso personagem, estava implementando em sua estância uma ação que se tornava comum na região, isto é, marcar o gado para garantir a propriedade. Dessa forma, rompia-se o período no qual os rebanhos não tinham dono declarado e qualquer um poderia arrebanhar, carnear ou vende-los. Anunciava-se um tempo no qual os campos também seriam marcados, de forma diferente, é claro, seriam cercados, dividindo o pampa em propriedades particulares.

Podemos notar, então, que no século XIX – a partir de 1830 até meados da década de 1880 – se estabelece e se expande esse sistema de proteção dos rebanhos, demarcando uma nova visão na organização da produção pecuária. Neste período, o que se quer é tornar claro para todos os habitantes dos campos, que não existem rebanhos disponíveis, visto que são propriedade de alguém, têm dono. Esse movimento se articula às novas formas de exploração, que visam melhorar as raças no sentido de torná-las mais produtivas, almejando alcançar mercados mais exigentes. O estancieiro, para isso, precisa definir qual é o seu rebanho, não o misturando com os de seu vizinho, além de melhorar as práticas de manejo. A marca como sinal de propriedade do gado se mantém até meados do século XXI, quando foi substituída pelos brincos de plástico com um número, e modernamente, os chips.

Voltemos ao nosso personagem que, em vida, recebeu o título de Conde de Piratini, por seus serviços prestados ao Império. Suas instruções seguem o mesmo padrão das instruções da região platina, não apenas pela forma como nomeia suas normas, que é a mesma da Argentina e do Uruguai, mas também por expressar, em

seus artigos, a mesma preocupação do estancieiro da região do Prata.

Vejamos outra regra das instruções do Conde de Piratini ao seu capataz, articula ao cuidado de determinar a propriedade do gado. O artigo 8 se concatena com o artigo 25. O primeiro trata da proibição de qualquer pessoa matar gado na terra da estância. Consta no artigo 8: “não permitir que pessoa algum mate gado de minha marca, também não quero que se mate para o consumo da estância. A pessoa que fizer esse ato será considerada ladrão e se fará contra ela tudo o que for necessário.” A prática de abater o gado no campo era comum no pampa. Se observarmos os relatos dos viajantes, como A. Baguet (1997) e Auguste de Saint-Hilaire (2002), veremos que eles próprios executavam esse trabalho. Por exemplo, Saint-Hilaire (2002) relata que ao atravessar a Província do Rio Grande do Sul, comia a carne de terneiro que carneava no campo.

Já o artigo 25 revela a nova realidade na campanha da região do Prata. O pampa como lugar de circulação, de gaúchos andarengos cruzando os campos sem limites e sem impedimentos, como Hernández mostra em *Martin Fierro*, chegava ao seu fim. Nesse artigo, o Conde de Piratini deixa bem claro o novo contexto da propriedade privada: impedir qualquer pessoa que queira penetrar no campo, não pode se arrancar, o capataz deverá se opor de todas as maneiras.

Articulados, os dois artigos permitem notar que o rebanho não estava disponível para o desfrute de qualquer um e que o pampa tinha dono, isto é, não é permitida a entrada, circulação ou mesmo a fixação de qualquer pessoa que não seja autorizada pelo

proprietário. Também nas *Instrucciones* de Rosas está claro que “nos campos não deve haver ninguém e nem pulperias”, ainda, “não deve autorizar a fixação de populações no campo. Somente com a minha autorização”, diz o mandatário argentino.

A estância torna-se um setor produtivo como um estabelecimento industrial e deve estar subordinada a uma direção única e imediata, sobre a qual se assenta a responsabilidade dos afazeres cotidianos e que levem a cabo a exata execução das ordens do proprietário. O que quer o Conde de Piratini é exatamente isso, que o capataz não se esqueça de suas ordens e que elas sejam seguidas sem erro.

Marcar o rebanho, impedir o tráfego de pessoas pelo campo e não permitir que o gado seja carneado por qualquer um, essas premissas anunciam uma nova realidade na estância, no pampa, em que se solidifica a propriedade da terra e do rebanho, e se expulsam as populações que, até então, viviam nas franjas das estâncias e usufruíam de um direito consuetudinário. Após essas medidas, virá uma outra investida, que será o cercamentos dos campos, o que acarretará, de uma vez por todas, a repartição da campanha em propriedades privadas.

O cercamento aniquilou aqueles que tinham mais gado do que campo e que usavam os campos lindeiros para pastorear seu gado neles. Essa prática tradicional foi destruída. O cercamento dos campos tornou-se uma bandeira do progresso. A destruição de uma conduta tradicional entre lindeiros levou a um esvaziamento do campo, pois esses rebanhos de homens sem campo foram vendidos e seus donos passaram a procurar as periferias das cidades, surgindo assim os *rancherios*, los

pueblos de la rata, na banda oriental. São esses os peões que irão habitar as periferias das pequenas cidades da região sul do Rio Grande do Sul.

Portanto, Vieira Braga ou Conde de Piratini, Rosas e Hernández nos revelam em suas instruções os caminhos de uma produção pecuária que se moderniza para conseguir manter suas taxas de ganhos, mas que acarreta, com isso, a criação de um sistema no qual a posse da terra é para poucos, e no qual aos habitantes do campo só resta tornar-se peões ou habitantes das periferias.

Obras consultadas

BAGUET, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; Florianópolis: Paraula, 1997.

BARRÁN, José Pedro. **Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2023.

CEZAR, Guilhermino. **O Conde de Piratini e a Estância da Música**. Porto Alegre: EST, 1978.

CEZAR, Guilhermino. **Origens da economia gaúcha**. Porto Alegre: IEL, 2005.

FREITAS, Décio. **O capitalismo pastoril**. Porto Alegre: EST, 1980.

GELMAN, Jorge. **Rosas, estanciero: gobierno y expansión ganadera.** Buenos Aires: Capital Intelectual, 2010.

GIL, Tiago. **Infiéis transgressores: os contrabandistas da fronteira.** 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

HERNÁNDEZ, José. **Instrucción del estanciero.** Buenos Aires: Claridad, 2008.

LEIPNITZ, Ginter Tlajja. **Vida independente, ainda que modesta: dependentes, trabalhadores rurais e pequenos produtores na fronteira meridional do Brasil (c. 1884-c.1920).** São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2018.

MIRANDA, Márcia. **A estalagem e o Império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro.** São Paulo: Hucitec, 2009.

NAHUM, Benjamín. **La estancia alambrada y otros artículos.** Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2016.

OSÓRIO, Helen. **Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino.** 1990. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.

ROSAS, Juan Manuel de. **Instrucciones a los mayordomos de estancias**. Buenos Aires: Ediciones Theoria, 1992.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, 2002. (Coleção O Brasil Visto por Estrangeiros).

SPALDING, Walter. **Construtores do Rio Grande**. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1969. 3 v.

O nascimento da historiografia rio-grandense e a ênfase nos acontecimentos políticos

Luiz Henrique Torres*

O Rio Grande do Sul das duas primeiras décadas do século XIX iniciava uma nova etapa em seu desenvolvimento histórico. Dos movimentos de integração econômica rudimentar fundadas no apressamento do gado da Vacaria del Mar desde as últimas décadas do século XVII, passando pelo surgimento das estâncias e distribuição de sesmarias a partir de 1732, no Rio Grande do Sul são lançados os alicerces justificadores do processo de povoamento sistemático, a partir da ocupação da Barra do Rio Grande em 1737, e a efetivação da matriz estratégico-militar no contexto do confronto entre luso-espanhóis pela posse da Bacia Platina Oriental. O processo militar e de expansão colonizatória luso-açoriana ocupa grande parte do século XVIII até o surgimento da economia charqueadora (a partir da década de 1780) que agregou valor ao gado até então exportado a pé para o mercado atravessador paulista. As últimas décadas do século

* Doutor em História (PUCRS). Professor Titular Aposentado (FURG).

XVIII e primeiras do XIX são de afirmação do espaço luso-brasileiro frente à geopolítica platina de expansão de fronteiras (num projeto derrotado em 1776 com a expulsão espanhola), mas que exigia dos governos um contínuo olhar para as fronteiras do oeste e sul rio-grandense.

Fazer historiografia na primeira metade do século XIX sem estar inserido na média e longa duração da dinâmica político-diplomática platina que gestou a formação histórica do Rio Grande do Sul seria no mínimo artificioso. Se somarmos que a historiografia europeia das primeiras décadas do século XIX tem forte ênfase nos acontecimentos políticos que decidem as fronteiras físicas e culturais daquele continente, temos mais uma variável explicativa para a instância do institucional e dos eventos curtos mas lineares terem tanta importância e influenciarem a historiografia brasileira neste período. Outra variável que sinaliza a inserção de uma produção intelectual é o lugar social do pesquisador: se o historiador tem atuante participação na esfera político-administrativa como gestor público e agente político, num período de ideários políticos liberais e conservadores exacerbados, a vida política poderá ser a essência de sua construção textual.

A contextualização do parágrafo anterior remete ao estudo historiográfico de José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, que foi o autor da primeira publicação fundada em pesquisa histórica no Rio Grande do Sul, persistindo ao longo do tempo como uma obra de referência para o estudo da história rio-grandense. O livro que lhe deu renome foi inicialmente titulado de Anais da Capitania de São Pedro, publicado o primeiro volume em 1819 e o segundo em

1822. A segunda edição do livro, com os dois volumes, foi revisada pelo autor e editada em Paris em 1839. Chamou-se *Anais da Província de São Pedro*. Escrito na transição da Colônia para o Império no Brasil, o livro encontrou sua difusão no período imperial da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Segundo Aurélio Porto, responsável por uma esmerada apresentação à terceira edição dos *Anais*, coube a José Feliciano Pinheiro o lugar de primeiro historiador do Rio Grande do Sul, pois até então “ninguém se aventurou a fazer obra de conjunto, somente se registrando pequenas crônicas e informes incompletos de acontecimentos contemporâneos dos autores” (PINHEIRO, 1946, xxiii).

Na apresentação à quinta edição, Décio Freitas considerou os *Anais* como o nascimento da historiografia sul-rio-grandense, pois Pinheiro se apresentava como um historiador na cabal acepção do termo, investigando, selecionando e interpretando documentos. Dessa forma, o autor dos *Anais* merece sem favor o título de “pai da historiografia gaúcha” (FREITAS, 1982, x). Décio Freitas acreditou que o comprometimento com uma visão de mundo ligada aos objetivos da monarquia estava relacionado com o lugar social que José Feliciano Pinheiro ocupou nos quadros do colonialismo português e posteriormente no Império brasileiro. Foi juiz, auditor, membro do Conselho Imperial, Ministro do Império, Senador, Presidente da Província de São Pedro. Também foi sócio-fundador e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838. Esse lugar social é o elemento referencial que compromete a insistente argumentação do autor em garantir a imparcialidade histórica de seus escritos. Conforme Marlene Medaglia

Almeida, a vinculação de Pinheiro com a Coroa Portuguesa fez com que ele relatasse a história da conquista do território pelos portugueses e não a história da ocupação mais ampla: “se pretendesse fazê-lo, seu ponto de partida teriam sido as primeiras reduções jesuíticas do século XVII, ao invés das incursões lagunenses e paulistas do século XVIII” (FREITAS: 1982, x).

José Feliciano Pinheiro escreveu o seu livro quando os conflitos com o Prata persistiam, com a intervenção do Brasil na Cisplatina. Esses fatores de ordem política e militar muito influenciaram a análise da formação histórica rio-grandense, levando-o a realizar uma história da conquista lusitana. Para Pinheiro, o Rio da Prata deveria ter sido “nossa natural barreira invariável, se fosse desde logo cimentada por estabelecimentos nacionais” (PINHEIRO, 1946, 10), referindo-se à Colônia do Sacramento e à possibilidade de Portugal ter estendido sua soberania até o Prata. Em relação à tomada de Sacramento pelos espanhóis e sua posterior restituição aos portugueses, o autor assumia uma postura pessoal de engajamento à expansão lusitana no Prata, ao afirmar que “nós a recuperamos pelo Tratado de Utrecht de 6 de fevereiro de 1715” (FREITAS, 1982, 15). O “nós” indica o comprometimento com o projeto colonial português, embora Pinheiro almejasse uma narrativa isenta de partidarismos, centrando nos eventos políticos e militares o seu estudo, e buscando a reconstituição cronológica dos acontecimentos. Através do recurso à documentação inédita a que teve acesso, temas ligados à ocupação e conquista luso-brasileira foram estudados com novos dados documentais, como é o caso da Revolta dos Dragões de 1742 (ALVES, 1985, 34-

48), sempre privilegiando as autoridades civis e os militares envolvidos na conquista do Rio Grande do Sul, partindo de uma perspectiva épica. Pinheiro publicou ao final do livro uma série de “documentos justificativos” pesquisados na Biblioteca Nacional e Imperial do Rio de Janeiro, no livro primeiro do registro da Câmara da Vila da Laguna, além de ter pesquisado no Arquivo da Câmara de Porto Alegre, Secretaria do Estado dos Negócios do Império, Arquivo da Junta da Real Fazenda (Rio Grande do Sul), entre outros. Nesses lugares, pesquisou ofícios de autoridades, cartas régias, editais, representações. O autor utiliza ao longo do livro notas justificando suas assertivas com base em documentos ou em outros autores. Cita vários livros que situam o contexto platino e o Paraguai: *History of Brazil*, de Roberto Southey; *História da América Portuguesa*, de Rocha Pita; *Primeira crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, do Padre Simão de Vasconcelos; *Corografia Brasília*, do Padre Manuel Aires de Casal; *Voyages dans l'Amérique méridionale*, de Félix de Azara; e dezenas de outros livros editados em sua maioria no século XVIII.

Sem recorrer a posturas deterministas, Pinheiro fez no primeiro capítulo do livro uma descrição geográfica da Província e chamou de Campos de Missões a área em que se localizavam os Sete Povos. A fundação do presídio e povoação do Rio Grande de São Pedro, presente no segundo capítulo, assinalou o início da história do Rio Grande do Sul, ignorando-se as populações indígenas e a presença de povoados missionários desde 1626. As Missões aparecem no terceiro capítulo, ao tratar da aplicação do Tratado de Madri e da resistência dos

padres jesuítas às deliberações dos monarcas ibéricos. Elas foram analisadas como um fator de apreensão, devido à presença de religiosos que domesticaram milhares de indígenas segundo os interesses da Companhia de Jesus. Aos jesuítas não bastou servir ao rei da Espanha, e sim criar o seu poder temporal à margem da monarquia. Para Pinheiro, os jesuítas “tiveram confusas ideias do tratado de limites, que acabava de ser estipulado com o maior segredo; valeram-se de todos os meios para sufocá-lo no berço” (PINHEIRO, 1946, 60), aliando-se o autor à condenação feita aos jesuítas no processo movido após a Guerra Guaranítica e a posterior expulsão da ordem do Brasil (1759) e da América (1768). A desobediência às cláusulas da transmigração dos Sete Povos prevista pelo Tratado de Madri foi considerada a comprovação de traição ao rei e a confirmação da existência de um poder paralelo: “Então, não conhecendo já barreiras à sua ambição, levavam-se de orgulho e temeridade de resistirem à força, aberta às nações portuguesa e espanhola, que marcharam a verificar as mútuas entregas estipuladas no Tratado de limites de 1750” (PINHEIRO, 1946, 191). O poder e a ambição da Companhia de Jesus levou à resistência às ordens régias, numa estratégia que fazia parte do dia-a-dia nas Missões, pois “ordinariamente eram ali empregados padres estrangeiros por isentos da natural afeição e aderência ao Rei e à nação espanhola”. A organização dos povoados baseava-se no Geral da Companhia e nos Provinciais “outros tantos vice- reis”, que legislavam “em todos os ramos da economia pública; como verdadeiro soberano, recebia sinais da vassalagem dessas províncias usurpadas” (PINHEIRO, 1946, 184).

A “usurpação” dessas províncias pertencentes ao rei de Espanha, para Pinheiro, estava fundamentada no plano jesuítico de isolamento desses povoados do contexto colonial: “Arteiros jubilados, conseguiram vedar a entrada das Missões aos próprios indivíduos da nação, com o simulado zelo de que não fossem perturbar ou corromper os inocentes costumes dos seus conversos”. Dessa forma, “subtraíram-se com ardileza à vigilância das autoridades”. A “ardileza” aliada à cobiça, fundada nos dividendos da exploração do trabalho guarani, levou a esse enfrentamento com o poder real:

Avaliam uns que a venda anual de todos os produtos da agricultura e indústria lhes fundia um interesse líquido de cem mil pesos fortes; outros avançam a um milhão deles; dos quais, deduzidas três parcelas, diminutas em comparação, para o tributo ou capitação, para o adorno e manutenção das igrejas, para o socorro dos índios necessitados, o restante era cambiado pelos seus procuradores gerais de seis em seis anos para o seu padre geral em Roma a título de gastos comuns e urgências da Companhia. Tais monopólios e desmesurada cobiça provocaram enfim os raios do Vaticano e indispuseram contra eles os últimos Papas, desde Alexandre VII (PINHEIRO, 1946, 187).

De acordo com Pinheiro, antes de um perigo aos portugueses, as Missões constituíram um perigo ainda maior à Coroa Espanhola, pois não estavam enquadradas no sistema colonial. Os conhecimentos da organização político-administrativa espanhola e

missioneira atualmente diferem desta conclusão (KERN, 1982). O autor afirmou que o enfrentamento entre os guaranis e os exércitos luso e espanhol foi insuflado pelos padres. A leitura de diários da Guerra Guaranítica e “testemunhos oculares fidedignos” garantiram a Pinheiro que os índios “eram máquinas movidas pelos seus padres; que haviam tomado maravilhoso ascendente sobre eles”. A resistência dos jesuítas ao Tratado de Madri e o incitamento destes à rebelião dos indígenas teria levado ao enfrentamento de Caiboaté e aos trágicos resultados. “Ainda hoje o viandante sensível e bom contempla com horror essas planícies, onde iludidos, bisonhos e desarmados índios foram empenhados por destros conselheiros em desigual combate contra tropas aguerridas e bem apetrechadas” (PINHEIRO, 1946, 67).

Os índios seriam vítimas da influência e domínio que os jesuítas impunham a eles, inclusive o cacique Nicolau Neenguiru foi um simples “bode expiatório” utilizado pela Companhia de Jesus. Neenguiru seria um simples autômato que só obrava pelas encobertas molas e impulsão dos jesuítas, é o mesmo acerca do qual estes regulares inventaram a fábula do Rei do Paraguai Nicolau I (MELIÁ, 1995, 63), com fins de se subtraírem à imputação de serem os verdadeiros autores da resistência dos índios (PINHEIRO, 1946, 66). Apesar de não citar a fonte, o comentário foi feito com base num livro publicado em 1756, *Histoire de Nicolas I roy du Paraguai et empereur des mamelus*. No contexto dos acontecimentos decorrentes da resistência guarani ao Tratado de Madri, esse pequeno livro mandado confeccionar pelo Marques de Pombal, serviu como difusor de denúncias de que os jesuítas haviam estabelecido um Estado dentro do Estado. Nicolau I é

um personagem fictício, provavelmente baseado no cacique guarani Nicolau Neenguiru, que participou ativamente da guerra guaranítica.

A base econômica das Missões estava na exploração da mão-de-obra indígena, e do seu trabalho “se utilizaram os jesuítas para as extensíssimas plantações e colheitas de erva-mate, algodão, trigo, mandioca, cana-de-açúcar, batatas, ervilhas, favas, feijões, abóboras”, além das atividades ligadas à olaria, curtumes, criação de gado vacum e de cavalos, “tanta era a magnificência e abundância em que viviam estes regulares” (PINHEIRO, 1946, 72).

Pinheiro confessava-se “estrangeiro a toda espécie de partido, aferrado só à verdade e à boa fé da história”, buscando instruir-se sobre os “pró e contra que se tem dito desses estabelecimentos”. Fundamentando-se em apontamentos de Raynal em *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les deux indies*, ele afirmou que os primeiros jesuítas fizeram os “selvagens” passarem de uma vida errante para o “estado social”, dotando-os de heroísmo cristão, perseverança, guiados pela orientação da “sociedade dos jesuítas”, que eclipsou por sua ação (MELIÁ, 1995, 63) as demais congregações religiosas. O problema esteve nos sucessores desses jesuítas do século XVII, que “tiveram vistas menos nobres e menos puras; lançaram o germe do domínio, e fundaram um sistema de ambição e de soberania sobre a destruição de todas as bases sociais e buscaram um aumento de fortuna e de poder”. Traíram a Corte de Madri e “com entusiasmos de independência os levaram, no fogo da rebelião, a combater com fanatismo e desigualdade contra tropas regulares e disciplinadas” (PINHEIRO, 1946, 192). As

ousadas incursões de paulistas, os quais se embrenhavam nos sertões à caça de índios “como de feras para escravizarem”, era hábito em comum “com os espanhóis e com os mesmos jesuítas, seus decantados protetores”. Em defesa da ação dos escravistas paulistas, Pinheiro justificou a ação de apresamento, afinal não era anacrônica a atividade de caça e venda dos índios “quando não há três séculos, que na Europa se julgava haver o direito de vida e morte sobre os prisioneiros feitos em guerra?” (PINHEIRO, 1946, 181). Além disso, os paulistas serviam ao rei de Portugal, enquanto os jesuítas, inclusive os sediados no Brasil, usufruíam do trabalho indígena para proveito da Companhia. Para o autor, a atividade de apresamento de índios foi um desdobramento natural da busca de mão-de-obra, sem maiores preocupações humanitárias. A bibliografia especializada indica que a caça aos índios configura uma guerra justa que a própria legislação indigenista previa desde o século XVI (TORRES, 1993, 57-72).

Os padres foram “cimentando furtivamente um domínio” que reuniu “mais de cem mil almas debaixo do governo teocrático”. Nesse “governo teocrático” havia um rígido controle dos índios, em que “as transgressões se puniam com jejuns, orações, cárcere e algumas flagelações e extermínio”, e o culpado “se acusava ele mesmo aos pés do magistrado e recebia os castigos com ações de graças; no fundo dos sertões da América parecia, enfim, realizada essa república ideada por Platão e Tomas Morus”. Não é de estranhar, segundo Pinheiro, que os jesuítas depois de sua expulsão não tenham deixado saudades nos indígenas:

Nem ao menos lograram a consolação de serem tão chorados como se esperava, indiferença, que procedeu talvez do enojo em que os índios, ao que parecia bem afortunados, passavam tranquilos e dóceis, mas não felizes, difícilimo em uma escravidão abjeta, cercados de terrores e de opiniões tristes, de obrigações inúteis, de macerações e de penosas privações; formando apenas confusas ideias do tanto quanto deviam aos cuidados dos seus instituidores, só conservavam o sentimento de despotismo, com que eram regidos; e proviria também da persuasão de ficarem pela expulsão deles libertos e nem por isso menos ditosos; toda a autoridade é mais ou menos odiada (PINHEIRO, 1946, 195).

Se as críticas à falência do projeto missioneiro deviam-se à traição oriunda do “estado teocrático jesuítico”, os índios foram reduzidos a “autômatos” guiados pelos padres. O índio missioneiro não despertou maiores interesses, porém os guaranis sobreviventes receberam algumas observações. É o caso da descrição das Missões, especificamente da habitação dos índios, onde se depreendem algumas posições sobre o “material humano” que foi apropriado pelos jesuítas. A habitação desses índios reduzia-se a um só aposento para toda a família: “nele dormem em redes ou macas e aí mesmo cozinham; o que, com o desalinho desta gente, logo o tornam negro, imundo e asqueroso”. Observou também que “a preguiça é genial nestes índios, são vários, afeitos a novidade, sem o talento da invenção, mas fáceis para a imitação; as mulheres são de uma depravada incontinência, todos de uma moral relaxadíssima”. E concluía: “o índio, pela sua genial tendência ao ócio e à

embriaguez, não era para ser abandonado a si próprio, cuidou desde logo o seu primeiro presidente em acorrer com medidas provisórias” (PINHEIRO, 1946, 201-204). Ou seja, conforme o autor, depois da escravidão dos bandeirantes e da exploração dos jesuítas, os índios entregavam-se à sua tendência natural que era o “ócio e a embriaguez”, exigindo uma ação das autoridades para controlá-los.

José Feliciano Pinheiro utilizou uma narrativa factual fundamentada em datas e acontecimentos que assinalavam a conquista portuguesa do Rio Grande do Sul e temas correlatos. O uso de documentos, da bibliografia circulante sobre a Europa, o Brasil e as colônias espanholas nos séculos XVIII e XIX, era discutido ao longo dos pés-de-página, esboçando críticas a fontes jesuíticas.

São adaptáveis à primeira época os louvores (aos jesuítas) que lemos nas *Letras edificantes*, no tomo IX da edição de Paris, 1785; Durand, *Relations des insignes progrès de la religion chrétienne faits au Paraguay*, etc.; traduzida do latim em francês, Paris, 1638; Muratori, *Il cristianismo felice nesse missioni dei padri della Compagnia di Gesù nel Paraguay*, Venise, 1743; fiel transunto das relações e memórias, que lhe ministraram os próprios jesuítas; assim mais outras histórias, ou antes lendas, por eles escritas (PINHEIRO, 1946, 192).

Além dos documentos escritos obtidos em arquivos graças a sua posição administrativa, foram utilizadas fontes orais sem uma metodologia e várias citações em francês e latim voltadas a uma postura erudita comum na bibliografia europeia da época.

Mesmo com a insistente ênfase na neutralidade, todo o encaminhamento estava no sentido de legitimar a posse e o povoamento português, associando os espanhóis com os “inimigos” e os luso-brasileiros com os “nossos”. As fontes utilizadas para escrever sobre as Missões basearam-se num profundo antijesuitismo, centrando a experiência missioneira no “estado teocrático” que conspirava em favor próprio contra a monarquia espanhola, o que se evidenciou no Tratado de Madri, dando respaldo à expulsão da Companhia. A condenação aos jesuítas devia-se à ruptura do pacto de submissão à Monarquia e aos princípios de lealdade. Este foi o crime maior dos padres, pois a fidelidade ao Rei deveria ser prioritária. Dessa forma, as Missões não configuraram uma fronteira espanhola que teve um papel decisivo, por vezes, no próprio controle da Colônia do Sacramento, pois o autor ignorava o papel do exército guarani e não enfatizava a ação jesuítica em defesa do sistema colonial espanhol e em detrimento dos interesses lusitanos. Observa-se também, e isso importa enquanto reflexo na historiografia posterior aos *Anais da Província*, que será utilizada como referencial obrigatório de consulta, que Pinheiro desconheceu as duas fases das Missões (1626-1641 e 1682-1759), indicando que a ocupação foi ininterrupta, o que dificulta esclarecer uma série de especificidades do processo missioneiro. Por outro lado, corretamente associou a morte de Sepé Tiaraju a um confronto com uma patrulha espanhola antes do combate de Caiboaté, assunto que será distorcido por futuros autores (FLORES, 1983, 93-101). O desinteresse pelas populações indígenas e a argumentação sobre a naturalidade do escravismo dissociava essas populações de alguma forma de

historicidade e somente se referia a elas, quando relacionadas com a história ibérica na América.

Apesar do uso de documentação e de bibliografia, a organização missioneira não despertou maiores indagações. O caráter épico da participação luso-brasileira conduzia a uma narrativa patriótica e nacionalista, que transcorreu como capítulos de uma sequência coerente de atos individuais e coletivos que levaram a delimitação do Rio Grande do Sul. Constata-se este enfoque na tomada dos povoados missioneiros em 1801, que foi interpretada como um “golpe de audácia de um punhado de homens, sem armas, sem apetrechos, nem munições, que foi preciso ganhar valorosamente aos próprios inimigos, anexou esta Província aos domínios portugueses” (PINHEIRO, 1946, 176). Conforme Moacyr Flores, o livro de Pinheiro é ordenado cronologicamente “numa técnica narrativa dos acontecimentos políticos, com exposições pormenorizadas de fatos militares e intrigas políticas. Suas informações merecem credibilidade porque são baseadas em documentos” (FLORES, 1989, 14).

Conforme o prefácio dos *Anais*:

“forçoso era que o autor, por um respeito devido ao público, e para passar escoimada da tacha de Romance provável, conforme dito picante de Voltaire, assaz criticado pelo severo Mably, transcrevesse fielmente no fim os documentos, as peças justificativas, que servirão de farol, atestavam os fatos, que eu coordenava e as quais interessarão ao leitor curioso, desta arte desempeçada de riquezas estranhas, correrá a narração com mais rapidez”.

Se o século XIX é o século da ciência, inclusive da ciência histórica que busca a sua emancipação da Literatura, a referência do autor ao “Romance provável” evoca esta ruptura narrativa e cientificista fundada na utilização de fontes que transcrevam “fielmente os documentos”. Os documentos são “peças justificativas” onde reside a verdade dos acontecimentos que se confundem com a construção dos fatos históricos (PESAVENTO, 1980). A argumentação de Pinheiro aproxima-se claramente da concepção de ciência histórica de Leopold von Ranke, o qual considera que o papel do historiador é “o de recuperar os eventos, suas interconexões e suas tendências através da documentação e fazer-lhes a narrativa. Estas tendências, este trabalho de história, era visível no Estado e suas atividades – a história se limitaria a documentos escritos e oficiais de eventos políticos” (REIS, 1995, 42).

Com esse livro, tiveram início os estudos do povoamento luso-brasileiro do Rio Grande do Sul, tendo como contraponto antagônico as intervenções platino-espanholas e a fronteira missioneira, onde os fatos políticos são preferenciais e devem ser embasados em documentos oficiais.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Marlene Medaglia. *Introdução ao estudo da historiografia sul-rio-grandense: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-1935)*. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983.

ALVES, Francisco das Neves. A revolta dos dragões na visão dos naufragos do Wager. In: ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique (Orgs.). *A cidade do Rio Grande: estudos históricos*. Rio Grande: FURG/SMEC, 1995, p. 34-48.

FLORES, Moacyr. *Colonialismo e Missões jesuíticas*. Porto Alegre: EST/ICHRS, 1983, p. 93-101.

_____. *Historiografia: estudos*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1989.

FREITAS, Décio. Apresentação. In: PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Anais da Província de São Pedro*. 5. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

GUTFREIND, Ieda. Historiografia Sul-Rio-Grandense e o positivismo comtiano. In: *Estudos Leopoldenses*. São Leopoldo: Unisinos, vol. 30, nº 137, 1994, p. 69-78.

KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

MELIÁ, Bartomeu; NAGEL, Liane. *Guaraníes y jesuitas en tiempo de las Misiones: una bibliografía didáctica*. Asunción: CEPAG; Santo Ângelo: URI, 1995.

PESAVENTO, Sandra. Historiografia e ideologia In: DACANAL. J.H. (Org.). *RS: cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PORTO, Aurélio. Apresentação. In: PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Anais da Província de São Pedro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

REIS, José Carlos. A história metódica, dita positivista. *Pós-História*, Assis, UNESP, n. 3, p. 42, 1995.

SCHAFF, Adam. Duas concepções da ciência da História: o positivismo e o presentismo. In: *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 101-140.

TORRES, Luiz Henrique. Política indigenista e o processo histórico brasileiro. *Biblos*, Rio Grande, FURG/Departamento de Biblioteconomia e História, v. 5, 1993, (Edição especial), p. 57-72.

Arqueologia Comunitária: Ensino de História e a realidade da Educação do Campo no Brasil

Marlon Borges Pestana*

Arqueologia e Educação do Campo

A realidade em didática da Educação do Campo é observada por métodos e abordagens utilizadas em pesquisas que tem como enfoque o campo, os povos do campo e a cultura camponesa no Brasil. O ambiente de trabalho do arqueólogo é o campo. Uma das características do profissional em Arqueologia são as habilidades em se locomover, se adaptar e se comunicar no campo com os moradores do campo. O inevitável encontro com as comunidades camponesas é perpassado tantas outras vezes, por territórios que representam propriedades privadas, cercadas por assentamentos camponeses. O objeto da análise, surgiu da experiência nos licenciamentos ambientais em que as comunidades

* Professor adjunto do Instituto de Ciências Humanas e da Informação - ICHI da Universidade Federal do Rio Grande - FURG; professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História - PPGH/FURG.

escolares agrárias são, muitas vezes atravessadas por projetos de empreendimento, lavouras de arroz ou soja.

O contato cultural com os povoadores do espaço rural camponês, principalmente para os interessados em trabalhar com a Arqueologia de comunidades tradicionais, tende a aderir a uma visão comunitária. A concepção holística do conjunto dos povoadores como formadores da cultura brasileira é o foco desse manuscrito. O fenômeno em análise é o fato de que as crianças, filhos e filhas dos agricultores/as, levam consigo até a escola do campo, artefatos históricos que encontram em suas roças. Por isso, a visita do arqueólogo a uma propriedade rural é também reconhecida como uma forma de educação patrimonial (HORTA *et al*, 1999; GRISPUM, 2000), trata-se do momento em que há o diálogo entre um e outro saber.

O arqueólogo é então o comunicador de um saber institucional e o camponês portador de profundo conhecimento local (FREIRE, 2014) e nessa mediação há troca cultural (BARROS, 1994). É na permuta simbólica entre o paradigma do campo e o urbano que muitas vezes se constrói um saber múltiplo que fomenta a cidadania e a inclusão dos sujeitos coletivos do campo, inclusive permitindo a recepção os cientistas aliados de teorias urbanas pragmáticas e desconexas de suas realidades locais (KREUTZ, 2003; BARROS, 1994). Nisso os camponeses, enquanto camada social e culturalmente complexa está à frente, na sua interação com o ambiente, animais e com outros seres humanos; nesse sentido, se comparado a eles, é preciso avançar.

"Qualquer que seja, contudo, o nível em que se dá a ação do homem sobre assunto, esta ação subentende uma teoria. Tal é o que ocorre também com as formas mágicas da ação. Sendo assim, impõe-se que tenhamos uma clara e lúcida compreensão de nossa ação, que envolve uma teoria, quer o saibamos ou não." (FREIRE, 2014, p. 47).

Por ser uma das bases da formação do sujeito coletivo (MILITÃO, 1996), o patrimônio cultural é também fonte constituinte de um saber local, informal, popular e comunitário. A troca, fundamentada no diálogo consciente, pacífico e não-impositivo (FREIRE, 2013), além do promover a preservação do patrimônio cultural do campo, é capaz de produzir mais e mais registros de sítios arqueológicos, casarões históricos, cerritos, aldeias antigas, capelas coloniais, etc. Ou seja, patrimônio não é inerte, mas dinâmico e mutável, ampliando os quadros de contributos formadores aos registros nacionais de bens históricos. Então, teoricamente parece mais apropriada a perspectiva daqueles que trabalham para o fortalecimento da cidadania e da ação coletiva das comunidades do campo (CAMPOS *et al* 2016); ou melhor, teorias que valorizem as perspectivas camponesas e as formas do saber popular do campo (CALDART, 2003).

Figura 1: A) Casas sobre taipas de pedra, lascadas em cantaria e embrechadas com pequenos blocos; B) Identificação de uma casa de adobe sobre afloramento rochoso granítico usado como alicerce resistente indicadas por estudantes camponeses.



Fonte: Marlon Borges Pestana

A principal problemática deste objeto de pesquisa é a seguinte: Seria possível fortalecer e complementar os movimentos sociais do campo com o patrimônio cultural material e imaterial? Se sim, como é possível usar sítios arqueológicos pré-coloniais, cemitérios antigos, edificação abandonadas e as práticas tradicionais para empoderar as comunidades que estão cercadas do rico e diversificado patrimônio? O questionamento principal é embasado por autores que entendem que a temática do patrimônio passa pelo exercício da cidadania e o robustecimento das identidades locais a partir de suas próprias reivindicações culturais (MAPUNDA, 2004; MARSHALL, 2002; TULY, 2007). E as aspirações quanto à prática educativa surgiram da mistura entre os críticos da educação rural para uma Educação do Campo (CALDART, 2003; GOMES, 2015) juntamente com a crítica da educação social sobre o patrimônio cultural (SOARES, 2003; CAMPOS *et al* 2016). O resultado das práticas educativas escolares e comunitárias visa abordar o patrimônio histórico e cultural como resultado de uma

prática social ativa e fomentadora de direitos sociais públicos conforme publicado em outra oportunidade (PESTANA, 2017).

Outra problemática, talvez a mais interessante para as comunidades, diz respeito à apropriação do patrimônio cultural, e dos processos educativos que surgem com ele, pelas camadas populares das sociedades tradicionais do campo (DIAS; SOARES, 2008). Ou seja, uma apropriação legítima do patrimônio histórico para reivindicação de demarcação de terras; Escolas do Campo que abordam temas da pré-história local, história pré-colonial regional e formação histórica da paisagem. A formação humana da paisagem é um forte atributo a ser explorado na Educação Patrimonial, para consolidar a ocupação dos povos do campo e seus direitos sobre a terra. Exemplo: a bioconstrução de um refúgio quilombola está alicerçada pela cerâmica Monjolo, tradição Neobrasileira, cultura arqueológica encontrada no local. A cerâmica oferece legitimidade, pertencimento, autenticidade e perenidade no uso da terra pelo quilombola. Ela é um documento primordial da ocupação humana ancestral que legitima o uso atual do território, uma vez que esse uso é ancorado historicamente (cerâmica arqueológica Monjolo).

Portanto, o principal problema do objeto da análise é como usar o patrimônio cultural em prol das comunidades tradicionais através da educação patrimonial, levando em consideração a formação social dos grupos pela educação popular (DIAS; SOARES, 2008). Para isso, é necessário revisitar a importância do patrimônio histórico na cultura popular, nas suas comunidades tradicionais do campo, junto dos quilombolas, imigrantes e indígenas. A formação do

sujeito coletivo é alicerçada pelo respeito pela diversidade cultural do campo e a alteridade que surge do convívio com a diferença. As oficinas de educação patrimonial questionam as distâncias entre as comunidades, criando espaços de troca cultural e negociação simbólica, uma vez que possui processos formativos históricos semelhantes.

A associação conceitual entre Educação do Campo e Patrimônio Cultural precisa de um referencial teórico atual e que seja abrangente e capaz de abordar as questões específicas da diversidade cultural, da territorialidade e do diálogo dos diferentes agentes culturais. Florêncio (2014) através do IPHAN aponta os importantes elementos que hoje são temas importantes na pesquisa de campo em Patrimônio Cultural,

Atualmente, a CEDUC defende que a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (FLORÊNCIO, 2014, p. 19).

O conceito acima é o que melhor se adéqua aos referenciais teóricos da Educação do Campo que se aproximam do diálogo entre os agentes culturais e que primam pela construção coletiva e democrática do fenômeno. O projeto político da Educação do Campo indica claramente uma demanda de sujeitos concretos com particularidades culturais e históricas pelo conhecimento sistêmico e disciplinar, pois são esses outros sujeitos pedagógicos que chegam à escola com o material arqueológico em mãos. Essa demanda é notadamente de interesse para comunidades tradicionais que, através dos seus diferentes movimentos sociais, tem demonstrado a importância da cooperação participativa das famílias agrícolas para se pensar o patrimônio cultural local. Essa é a proposta de Educação do Campo que utilizamos,

Nossa proposta é pensar a Educação do Campo como processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de luta de suas organizações. Isto quer dizer que se trata de pensar a educação (política e pedagogia) desde os interesses sociais, políticos, culturais de um determinado grupo social; ou trata-se de pensar a educação (que é um processo universal) desde uma particularidade, ou seja, desde sujeitos concretos que se movimentam dentro de determinadas condições sociais de existência em um dado tempo histórico (CALDART, 2004, p. 3).

Um terceiro passo seria considerar o conceito de pesquisa comunitária, em especial Arqueologia

Comunitária que vem desde 2002 mostrando o seu valor para a construção de vivências através de oficinas para a recriação de cultura material para ser utilizada pelas comunidades tradicionais (MARSHALL, 2002) em suas escolas. A prática da educação popular na educação patrimonial é conhecida dos profissionais arqueólogos que trabalham no campo e são do campo (DIAS; SOARES, 2008; GOMES, 2015), mas as práticas de Arqueologia Comunitária ainda são raras no Estado do Rio Grande do Sul, tendo seus focos pioneiros em São Lourenço do Sul na localidade do Boqueirão, onde uma vivência de pitos monjolos (cachimbos quilombolas com impressão de búzio) recriou através da oficina de cerâmica, um artefato da cultura material quilombola para evitar o seu desaparecimento. Segundo Marshall,

A Arqueologia Comunitária representa uma oportunidade. Precisamos dela, não porque seja politicamente correta, mas porque torna diversa a disciplina. A Arqueologia Comunitária nos incentiva a fazer perguntas sobre o passado que não considerávamos, os vestígios arqueológicos permanecem em uma nova luz e nos faz pensar de maneiras sobre como o passado informa o presente, tais como o uso dos artefatos arqueológicos para promover a retomada ancestral dos territórios indígenas. Renunciar do controle total sobre um projeto arqueológico, permitindo que as comunidades tomem decisões críticas sobre as orientações de pesquisa, questões e prioridades, pode parecer num primeiro momento, uma perda. Certamente isso não significa por de lado as questões de pesquisa realizadas por gerações de acadêmicos, no

entanto, com o acolhimento do fenômeno, outros espaços são abertos (MARSHALL, 2002, p. 218).

Adotar as vivências tradicionais nos projetos de Educação Patrimonial nas Escolas do Campo é permitir que as comunidades tomem decisões críticas sobre os rumos dos projetos arqueológicos, lançando mão da cultura material como recurso de memória para o fortalecimento de suas identidades culturais (TULY, 2007) e retomada dos seus territórios ancestrais. Da mesma forma que Marshall (2002) se refere na citação acima, pode haver uma sensação estranha num primeiro momento, como se estivessemos perdendo o controle do objeto histórico, mas é justamente esse processo que acolhe a perspectiva da comunidade, abrindo-se aí uma vasta oportunidade de diálogo, como visto em trabalhos recentes (GOMES, 2015).

A matriz teórica de análise do fenômeno, a saber, a chegada de material arqueológico à escola do campo pelas mãos dos filhos dos camponeses matriculados na escola do campo é a Arqueologia Comunitária (MARSHALL, 2002; TULY, 2007; MAPUNDÁ; LANE, 2004) quem aborda. Essa é a perspectiva que melhor se enquadra na execução de vivências tradicionais nas comunidades camponesas e nas escolas do campo. É a uma das únicas, aliás, que oferece total liberdade às comunidades de escolher os recursos culturais que desejam replicar. Cria-se assim, lugares de memórias que são constantemente revisitados e rememorados, tendo sua âncora de memória em algum artefato guia, este representante de sua cultura pretérita. O objeto pode ser desde um artefato arqueológico lítico ou cerâmico, um prato típico da culinária, um adorno

cerâmico, uma panela ou uma boneca de pano, o saber fazer de um queijo colonial.

Refinamento metodológico: oficina de vivências

O método utilizado é o das vivências tradicionais realizadas durante as reuniões de educação patrimonial nas Escolas do Campo. As vivências tradicionais são amplamente reconhecidas e praticadas pela arqueologia comunitária (TULY, 2007; MARSHALL, 2002), além de ser reconhecida como um dos únicos vetores de socialização do conhecimento histórico e popular para a formação da identidade cultural e desenvolvimento regional (SOARES, 2003; CÂNDIDO, 2007). As vivências consistem basicamente de conhecimento histórico-arqueológico aplicado em oficinas nas escolas e nos ambientes não-formais (arqueologia experimental), sendo possível criar oficinas de renda, de produção de vasilhas cerâmicas, de cestaria artesanal, de plumária ornamental, de ornamentos culturais, de malhas, de destilados e fermentados, de trança de couro para boleadeiras, relho e montaria, além de uma infinidade de outras atividades.

A primeira abordagem do objeto histórico à Escola do Campo poderá ser metodologicamente marcada pelo discurso de viés popular e comunitário (CALDART, 2003; MOLINA, 2004) que não se confunde com a educação bancária típica do paradigma urbano (FREIRE, 2014). Portanto, elaborar as vivências tradicionais nas comunidades é celebrar a memória e o

ensino de História através das práticas educativas comunitárias. A vivência tradicional é o espaço onde o saber popular é soberano e agente de sua história, sendo então ele mesmo um agente conector da memória coletiva através do manuseio da cultura material (KLAMT; SOARES, 2007). Além do viés popular (DIAS; SOARES, 2008), típico da Educação do Campo, as vivências buscam a aproximação das culturas que estão no espaço agrário, a saber

A Educação do Campo assume sua particularidade, que é o vínculo com sujeitos sociais concretos, e com um recorte específico de classe, mas sem deixar de considerar a dimensão da universalidade: antes (durante e depois) de tudo ela é educação, formação de seres humanos. Ou seja, a Educação do Campo faz o diálogo com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, mas preocupada com a educação do conjunto da população trabalhadora do campo e, mais amplamente, com a formação humana. E, sobretudo, trata de construir uma educação do povo do campo e não apenas com ele, nem muito menos para ele (CALDART, 2004, p. 4).

A intenção é criar oficinas de saberes tradicionais, como as de benzedadeiras, os de reza e cantos do Terno de Reis, criação de horta de ervas medicinais no pátio da escola, vivência de extração de argila, sova para a mistura de antiplástico e queima. Ou seja, como explicitado na citação acima "considerar a realidade particular dos camponeses" que trata de construir uma educação que é do campo e não para o campo. A

intensão é evitar que haja um *pacto velado de negação* à cultura camponesa e que o objeto histórico usufrua de todo o seu potencial didático no ensino de História e na educação patrimonial.

Objeto histórico

O processo de realizar as palestras de Educação Patrimonial nas Escolas do Campo conforme método consolidado nacionalmente (SOARES, 2003; HORTA, 1999; GOMES, 2015; FLORÊNCIO, 2012) abre diálogo para as teias se significantes da história local. As palestras expositivas com o uso da multimídia com fotos dos artefatos, estojos com réplicas do material arqueológico, além de ilustrações de edificações históricas são atrativos identificadores que facilitam o registro. E ao distribuir cartilhas e folders produzidos artesanalmente pelos educadores do campo, que contenham dados sobre a história antiga regional, povoamento indígena, processo formativo dos quilombos torna a visualização dos estudantes mais acessível, podendo eles mesmos fazer o reconhecimento dos artefatos em casa.

As oficinas de cachimbos quilombolas, semelhantes aos da fase Monjolo da tradição Neobrasileira, impressão de búzio, apêndice ferradura; a produção de cerâmica Jêje/Nagô nos mesmos territórios têm empoderado comunidades quilombolas a buscar e preservar o seu próprio patrimônio na luta pela demarcação de suas terras. Abaixo um dos registros da descoberta da cabeça de bengala na localidade do

Boqueirão que pode estar representando uma ancestralidade quilombola significativamente antiga.

Figura 2: Cabeça de bengala descoberta pela griô quilombola Vera Macedo, artefato de conexão ancestral com as forças sagradas através dos pretos velhos; No detalhe, o nariz e lábios africanóides.



Fonte: Marlon Borges Pestana

O mesmo acontece com as oficinas de cerâmica indígena nos Territórios Indígenas, que tem buscado produzir réplicas da cerâmica associada à tradição as tradições ceramistas Tupiguarani, subtradição Guarani, para a consolidação dos seus territórios e suas retomadas sagradas ancestrais. A identificação de um sítio arqueológico durante as obras de duplicação da BR-392 na localidade de Domingos Petrolina em Rio Grande permitiu a retomada ancestral da atual comunidade Mbyá Guarani Pará Rokê que legitimamente ocupou a antiga FEPAGRO. Resultado direto da atividade de educação patrimonial e ensino de História na escola do campo daquela localidade.

A produção de vasilhas e artesanato cerâmicos baseados no relato histórico-arqueológico tem

fortalecido as populações indígenas e quilombolas na construção do sujeito coletivo, no fortalecimento dos laços sociais da identidade social e do pertencimento cultural. Questiona-se, através da execução da análise do objeto, se as comunidades tradicionais conseguem se apoderar/apropriar destes recursos, quais os meios que usariam para a captação das informações sobre o seu patrimônio cultural e como usam os registros do patrimônio histórico em suas atividades diárias. Os registros dos sítios arqueológicos são importantes para a migração dos povos e a consolidação do objeto histórico como sujeito de direito camponês.

Tradicionalmente as voçorocas, as erosões causadas pelo pisoteio do gado, junto aos pequenos córregos e arroios, além de colúvios nas altas vertentes que sofrem com a intempérie, tendem a expor material arqueológico que estava em profundidade (MENESES, 2002; GUARNIERI, 1990) as crianças camponesas convivem diretamente com as voçorocas. Outros processos erosivos, que produzem sulcos mais profundos, expõem material estratigraficamente mais antigo, que é o caso de registros fossilíferos da Megafauna do Pleistoceno e, mais profundo ainda, das matas de coníferas fossilizadas do Permiano (Triássico). Então, mencionar a respeito de qualquer cultura material ou fóssil em áreas de avanço do agronegócio é, por um lado, fortalecer o mapeamento para a gestão (BOVEDA LOPES, 2000) destas manifestações no território nacional e, por outro, fornecer subsídios para os agricultores familiares no interesse de municiá-los de informação (FREIRE, 2014) para promover a preservação das jazidas fossilíferas e arqueológicas.

No início das atividades de educação nas escolas do campo (GOMES, 2015) do alto vale do rio Camaquã (MENTZ RIBEIRO, 1986), em especial na localidade de Santa Auta, município de Camaquã, as breves palestras de história pré-colonial e povoamento do Rio Grande do Sul indicavam uma atenção maior do camponês na construção de sua cidadania (SOARES, 2003; CAMPOS *et al* 2016). O produtor familiar camponês que é o legítimo detentor do saber do campo (CALDART, 2003), em especial da origem do material arqueológico trazido pelos alunos das propriedades fumiculturas.

Existe, portanto, uma correção das teias de significantes que são diferentes, por mais que as classes sociais reconheçam que se trata de um artefato histórico e de sua importância, são os camponeses agricultores familiares que demonstram mais valor e interesse. Os estudantes das escolas do campo que trazem o material para a escola, durante o diálogo, surgem sempre a questão de “a minha avó mexia com ervas”, meu avô domava potro com doma indígena. Ou seja, existe um reconhecimento da identidade ancestral, mas quase nunca se observa uma conexão efetiva à sua cadeia significativa, ou auto declaração étnica.

A comunidade camponesa se interessa mais pelo patrimônio cultural (FUNARI; PELEGRINI, 2006) e pelo registro arqueológico manifestado na lavoura do que a elite latifundiária da grande produção agrária que quase sempre se equivoca com a noção exata do conceito de cultura (GUARNIERI, 1990). No primeiro caso, a facilidade dos achados está associada diretamente ao uso da enxada; enquanto que no segundo caso, a lavragem da terra por maquinário pesado impede a visualização

mais próxima do solo, dificultando a localização dos vestígios.

Figura 3: Registro o patrimônio imaterial e oralidade do Mestre Griô Jesus Volnei e da Mestre Griô Vera Macedo no momento da reunião com o coletivo quilombola do Boqueirão.



Fonte: Marlon Borges Pestana

Foi daí que surgiu a observação com relação aos achados fortuitos, sempre mais abundantes entre os camponeses do que entre a elite agrária. Proporcional também ao interesse e aos mitos associados às peças/artefatos (CHUVA, 1995; HORTA, 1999; FLORÊNCIO, 2012). Os contos e causos relacionados a pontas-de-flecha de pedra lascada, de fragmentos cerâmicos de panelas indígenas é mais rico e abundante entre os agricultores familiares e quase inexistentes entre os fazendeiros, apesar dos últimos terem o conhecimento dos artefatos em suas terras, não tem interesse em buscar informações sobre.

Esse dado correlato era freqüentemente mencionado pelo arqueológico que realizou o levantamento arqueológico o alto vale do rio Camaquã Prof. Dr. Pedro Augusto Mentz Ribeiro (MENTZ RIBEIRO, 1986) e hoje, revisitando os sítios levantados pelo cientista, é recorrente observar que pouca coisa mudou com evidente exceção do aumento da

concentração fundiária nas mãos dos "fazendeiros". Em recente estudo, encontramos evidências de uma linguagem oculta na Capela São Miguel Arcanjo em São Miguel Paulista, a mensagem estava profundamente inserida em teias de significantes presentes na arquitetura colonial, veja a seguir

Figura 4: A) Entalhe de madeira, carranca indígena; B) Totem cariátide com traços indígenas simbolizando o sagrado feminino (braços em acolhimento e gravidez).



Fonte: Míriam Couto Ferreira (2026)

Logo, não é apenas um simples exercício da cidadania, é a observação direta de que o agronegócio é um dos grandes responsáveis pela destruição dos sítios arqueológicos coloniais, uma capela destruída leva consigo toda a linguagem simbólica remanescente. As grandes extensões de lavouras tendem a planificar a terra, nivelando os *cerritos*, ocultando as manchas de terra preta e distanciando agricultor do solo. A agricultura familiar tem se apropriado da terra preta, utilizando-a e respeitando-a, aproveitando sua herança história sem causar grandes modificações na estrutura geral do sítio. E, neste último caso, o uso da enxada pelo

pequeno agricultor o aproxima do solo, gerando intimidade dos mesmos e mesmas com os artefatos que brotam da terra.

Considerações finais

Após a primeira análise do objeto histórico como promotor do pertencimento camponês às Escolas do Campo (PESTANA, 2017), observamos o que Mentz Ribeiro (1996) já havia observado na década de 1980, um ressentimento da elite agrária com relação aos fenômenos arqueológicos, registros de sítios arqueológicos ou até mesmo comportamentos agressivos direcionados à crianças que levavam o material arqueológico para a escola, para saber do que se trata. É evidente que existe um significado profundo da materialidade do objeto no ensino de História da Educação do Campo e essa correlação significativa é a seguinte: agricultores familiares matriculam seus filhos na escola do campo; os filhos levam artefatos descobertos pela enxada dos pais em seus territórios, os professores sinalizam que é um artefato ancestral e, como consequência, terras são demarcas e homologadas.

O fenômeno profundamente simbólico mobiliza a força e o avanço das culturas ancestrais sobre seus territórios originários, já que um artefato arqueológico em contexto (local onde a enxada do pai/mãe o retirou do solo), possibilita uma retomada ancestral digna e juridicamente aceita, pois, o artefato é o documento histórico legal de legitimidade do território ancestral. Ou seja, a abordagem comunitária permite que a população

camponesa com filhos/as matriculados/as na escola do campo, tenha acesso ao objeto histórico no ensino de História, bem como aos seus significantes. Talvez derive daí uma repulsa do latifundiário em perceber que em suas terras existam sítios arqueológicos e artefatos que indiquem a diversidade do povoamento indígena no Brasil. Ensino de História sem luta de classes é conto de fadas.

Os professores e as professoras da Educação do Campo estão cada vez mais capacitados para compreender que o patrimônio cultural é um elemento divisor de águas na questão agrária brasileira. É raro o professor da Educação do Campo que não tenha recebido um artefato em suas mãos trazidos por alunos e pais de alunos. O conhecimento histórico local, a história e cultura indígena e afro-brasileira se ramificam nas diferentes manifestações da cultura popular, seja através de um conto, uma folclorização, um artefato, uma receita típica. Espera-se com esse escrito que mais cientistas se engajem pela causa do ensino de História em comunidades camponesas tanto como ferramenta a Arqueologia Comunitária.

Referências

BÓVEDA LÓPEZ, M. M. (coord). **Gestión patrimonial y desarrollo social**. CAPA, 12, 2000.

CAMPOS, Juliano B.; SANTOS, Marcos C. P.; PESTANA, Marlon B.; SANTOS, Josiel dos; MATIAS, Carlos dos P. **Patrimônio e Cidadania**: a Educação Patrimonial nas

escolas e a formação cidadã. In: *Revista Memorare*, Tubarão, SC, v. 3, n. 1, p. 95-113 jan./abr. 2016.

CALDART, Roseli Salete et al. A escola do campo em movimento. **Currículo sem fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 60-81, 2003.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Educação patrimonial em variados territórios: relato de uma experiência itinerante**. ANPUH – XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – São Leopoldo, 2007.

CHUVA, Márcia. **Por uma história da noção de Patrimônio no Brasil**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n. 34. Brasília: IPHAN, 2012.

DIAS, Guilherme; SOARES, André L. Ramos. Educação Patrimonial e Educação Popular: um viés possível. In: KLAMT, Sergio Célio; SOARES, André Luis Ramos (Orgs.). **Educação patrimonial: teoria e prática**. UFSM: Santa Maria, 2008. p. 49-59.

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim. **Educação Patrimonial: um processo de mediação**. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). *Educação Patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: IPHAN-PB, 2012. (Caderno Temático)

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC/Ipahan, 2005.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Editora Paz e Terra, 2014.

FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Zahar, 2006.

GOMES, Antônia Simone. **Educação Patrimonial em uma Escola do Campo**. Niterói: XI Encontro Regional Sudeste de História Oral/UFF, 2015.

GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. **Cadernos museológicos**, v. 3, p. 7-12, 1990.

GRISPUM, Denise. **Educação para o Patrimônio**: Museu de Arte e escola. Responsabilidade compartilhada na formação de públicos. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 2000. (Tese de doutorado)

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Iphan, 1999.

KREUTZ, Lúcio. **Diferenças étnicas e educação intercultural**: a partir de que entendimento de etnicidade? *Série-Estudos-Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*, 2003.

KREUTZ, Ivar José; PINHEIRO, Sergio Leite Guimarães; CAZELLA, Ademir Antonio. **A construção de novas atribuições para a Assistência Técnica e Extensão Rural**: a mediação com reconhecimento da identidade. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA RURAL E SOCIOLOGIA RURAL. 2005.

MAPUNDA, Bertran & LANE, Paul. **Archaeology for whose interest archaeologists or the locals?**, p. 211-223. In: MERRIMAN, Nick (org). *Public Archaeology*, 2004.
MARSHALL, Yvonne. What is **Community Archaeology?** *World Archaeology*, v. 32, n. 2, p. 211-219, 2002.

MENESES, U. T. B. **A paisagem como fato cultural.** In YÁSIGI, E. (org) *Turismo e Paisagem*, p. 29-64. São Paulo: Contexto, 2002.

MENTZ RIBEIRO, Pedro Augusto. **Levantamentos arqueológicos no alto vale dos rios Camaquã e Irapuá, RS, Brasil.** In: *Revista do CEPA*, v. 13, n. 15, Santa Cruz do Sul: APESC, 1986. pp. 41-86.

MOLINA, Mônica & AZEVÊDO DE Jesus, Sônia Meire S. (orgs). **Educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo.** Coleção por uma educação do campo (vol. 5) Brasília, Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004.

PESTANA, Marlon Borges. A pertença do patrimônio cultural pelo campesinato de São Lourenço do Sul através das escolas do campo. **Historiæ**, v. 8, n. 1, p. 133-144, 2017.

RIBEIRO, Pedro Augusto Ments. Levantamentos arqueológicos no aédio e alto Jacuí, RS, Brasil. **BIBLOS-Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 8, p. 9-42, 1996.

SILVA, Jair Militão. **Educação comunitária e educação escolar: em busca de uma metodologia em ação educativa democratizadora.** In SILVA, Jair Militão (org) *Educação Comunitária: estudos e propostas.* São Paulo: Editora SENAC, 1996.

SOARES, André Luis Ramos (Org.). **Educação patrimonial: relatos e experiências.** Santa Maria: Ed. da UFSM, 2003.

SOARES, André Luis Ramos; KLAMT, Sérgio Célio. **Educação Patrimonial: teoria e prática.** Santa Maria: UFSM, 2007.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



**BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE**



9 786553 061309

ISBN: 978-65-5306-130-9